

De Maputo a Yacarta



**5 ANOS DE AGROECOLOGIA
EM LA VÍA CAMPESINA**

De Maputo a Jakarta

—5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina—

Por:

*COMISSÃO INTERNACIONAL SOBRE A AGRICULTURA
CAMPONESA SUSTENTÁVEL*



Índice

A Agroecologia não está à venda!	5
Agricultura Camponesa Sustentável: o futuro do planeta	9
Debate a cerca do conceito de agroecología	19
Encontro de Agroecologia da Ásia	25
Recomendações para a Campanha Global das Sementes da Vía Campesina	28
Declaração de Shashe	35
Declaração final Encontro Formação de Formadores em Agroecologia	41
Declaração Final do II Encontro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos	45
Propuesta de texto de posicionamiento sobre agroecología de la ECVC	49
Declaração de Surin	54
La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo	59
Agricultura camponesa agroecológica: pela soberania alimentar e pela mãe terra	69

La Vía Campesina
Jl. Mampang Prapatan XIV No. 5
Jakarta Selatan, DKI Jakarta
Indonesia 1279
Tel : +62.21.799.1890
viacampesina@viacampesina.org
www.viacampesina.org

De Maputo a Jacarta. 5 Anos de Agroecologia em La Vía Campesina.

© La Vía Campesina.

Esta publicação foi possível graças ao apoio que recebemos do C.S. Fund, do programa Focad do País Basco, e do Fundo Internacional para Amplificar Soluções Agroecológicas.

Projeto editorial: Alberto Chanona y Alonso Gordillo.

A Agroecologia não está à venda!

Introdução



Na nossa V Conferência Internacional, celebrada em outubro de 2008, em Maputo, Moçambique, a Via Campesina (VC) declarou que “nós somos gente da terra, quem produzimos alimentos para o mundo. Temos o direito de seguir sendo camponeses e camponesas e a responsabilidade de continuar alimentando a nosso povo. Cuidamos das sementes, que são vida, e pensamos que o ato de produzir alimentos é um ato de amor. A humanidade necessita de nossa presença, nos negamos a desaparecer”¹. Na produção desse alimento, fizemos um compromisso de utilizar “a agricultura camponesa sustentável”, já que, “só a produção camponesa agroecológica pode desvincular o preço dos alimentos do preço do petróleo, recuperar os solos

degradados pela agricultura industrial, e produzir alimentos são e próximos dos nossos povos”².

Como Grupo de Trabalho, a Comissão Internacional da VC, da Agricultura Sustentável, a V Conferência nos convocou a:

- Analisar os temas e contextos políticos relacionados à defesa da agricultura camponesa sustentável no conflito global contra o modelo da agricultura industrial dominante e o agronegócio, e preparar posições, estratégias e planos de trabalho e de ação para ser considerados pela VC.
- Ajudar a VC na elaboração dos argumentos

¹ <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70>

² <http://viacampesina.org/es/index.php/nuestras-conferencias-mainmenu-28/declaraciones-mainmenu-70/590-carta-de-maputo-v-conferencia-internacional-de-la-vcampesina>

No presente volume, oferecemos alguns dos principais documentos produzidos durante os últimos cinco anos, que proporcionam ao leitor uma ideia, tanto da luta política para defender a agricultura camponesa sustentável, como do processo prático de apoiar os processos de agroecologia que são realizados pelas organizações-membro e as regiões.

políticos, sociais e técnicos para a difusão na opinião pública sobre os benefícios para a Sociedade e o Planeta da agricultura camponesa sustentável.

- Apoiar os esforços das organizações-membro da VC para construir alternativas desde as bases frente ao modelo dominante, incluindo o apoio para a transformação agroecológica dos processos produtivos das famílias-membro.

Neste livro, oferecemos aos delegados/as à VI Conferência Internacional da VC, que se celebra no próximo mês de junho, em Yakarta, Indonésia, alguns dos principais documentos elaborados pela Comissão, como parte dos nossos esforços para cumprir com o mandato de Maputo.

Depois de Maputo, a Comissão se reuniu em Málaga, Espanha, em julho de 2009, para planejar nosso trabalho. Elaboramos coletivamente o documento *Agricultura Camponesa Sustentável: o futuro do Planeta. Análise, Posição e Plano de Trabalho da Comissão da Agricultura Camponesa Sustentável da Via Campesina*, no qual desenvolvemos as diretrizes que estamos seguindo. Este documento é o primeiro da presente coleção. Em Málaga, foi planejado uma série de encontros internos das organizações-membros em âmbito regional e continental, com o fim de mapear os processos agroecológicos das organizações nos planos nacional e regional, realizar a leitura coletiva do contexto político em cada região, e desenvolver planos de trabalho e de luta conjunta de trabalho. Nos anos seguintes, tivemos dois encontros continentais nas Américas (Venezuela, 2009 / Guatemala, 2011), um encontro continental na Ásia (Sri Lanka 2010), dois encontros regionais na África

(África 1 Zimbábue, 2011–/ África 2, Gana, 2011), e um encontro continental da Europe (País Vasco, 2012). Junto com a Comissão Biodiversidade e Recursos Genéticos, realizamos o Primeiro Encontro Internacional de Produtores de Sementes Camponesas da VC (Indonésia, 2011) e o Primeiro Encontro Mundial de Agroecologia e Sementes Camponesas (Tailândia, 2012). Como parte deste último, realizamos o Primeiro Encontro Mundial das Escolas de Agroecologia na VC, que agora somam mais de 40 em todo o mundo.

No caminho da comissão, se reuniu pela segunda vez em Cuba (2009), e uma terceira vez no encontro mundial, na Tailândia (2012). Durante este tempo, facilitamos visitas de intercâmbio na agroecologia aos delegados da VC a Cuba, Índia e Filipinas. A Comissão apoiou a toda VC na celebração do Primeiro Seminário Interno Internacional de Políticas Públicas para a Soberania Alimentar (México, 2012), e ajudou a garantir a presença da VC nas cumbres de clima (COPs) em Copenhague (2009), Cancún (2010) e Durban (2012). Entre as outras atividades da Comissão, realizou um processo de identificação, documentação, sistematização e análise dos melhores casos de agroecologia no interior da VC, com o fim de socializar as lições destas experiências a outras organizações e países, e também para produzir materiais de estudo para nossas escolas de agroecologia. Até o momento, produzimos um livro sobre a experiência de agroecologia em Cuba, e estamos trabalhando em dois mais, um sobre o movimento de Agricultura Natural com Orçamento Zero, na Índia, e o outro sobre a experiência das escolas de agroecologia da CLOC/VC, na América do Sul.

No presente volume, oferecemos alguns dos principais documentos produzidos durante os últimos cinco



anos, que proporcionam ao leitor uma ideia, tanto da luta política para defender a agricultura camponesa sustentável, como do processo prático de apoiar os processos de agroecologia que são realizados pelas organizações-membro e as regiões.

Este livro termina com um esquema de nossa proposta do novo documento de posição e plano de trabalho para a VC na defesa e promoção da agricultura camponesa agroecológica nos próximos anos. Enviamos para a discussão e debate aqui em Yakarta. Por favor, lembre-se que a data da publicação deste volume é só uma proposta, e ainda não representa uma posição e plano de trabalho oficial da VC. Porém, se compara seu conteúdo ao do documento de Málaga, verá uma intensificação da luta, que existe um consenso cada vez maior a favor da agroecologia no interior da VC, e que a agroecologia em si é um território em disputa com outros atores que desejam cooptá-la. Nessas condições, acreditamos que

é imprescindível que a VC defenda a agroecologia, uma vez que, assim como as sementes, é um patrimônio dos povos, que colocamos a serviço da humanidade, de forma gratuita. A AGROECOLOGIA É NOSSA COMO POVOS CAMPONESES E INDÍGENAS, E NÃO ESTÁ À VENDA.

Atenciosamente,

*Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável
Via Campesina.
Yakarta, Indonésia, junho de 2013.*



*Agricultura Camponesa Sustentável: o futuro do planeta**

Análise e Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura Camponesa
Sustentável da Via Campesina*



*Documento aprovado pela Comissão na sua reunião de Málaga, Espanha, de 6 a 8 de julho de 2009.

A defesa do modelo camponês de agricultura sustentável é uma questão fundamental para nós. A agricultura camponesa não é a “alternativa.” É o modelo de produção pelo qual o mundo tem sido alimentado há milhares de anos, e ainda é o modelo dominante de produção de alimentos. Mais de metade da população do mundo trabalha no sector da agricultura camponesa, e a grande maioria da população mundial depende da produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. Este modelo, da agricultura camponesa (o da “Via Campesina”), é a melhor forma de alimentar o mundo no futuro, para atender às necessidades dos nossos povos, para proteger o meio ambiente e manter os nossos recursos naturais ou bens comuns. A agricultura camponesa sustentável não é igual à “agricultura orgânica”. Além disso a agricultura camponesa sustentável tem as seguintes características: é um modelo de

produção socialmente justo, respeita a identidade e os conhecimentos das comunidades, dá prioridade aos mercados locais e nacionais, e reforça a autonomia das pessoas e das comunidades.

As crises alimentares, climáticas e da energia trouxeram de volta ao topo da agenda nacional e internacional o tema dos alimentos e como eles são produzidos. Em vez do número de pessoas pobres no mundo ter caído, o número na verdade aumentou, por causa das múltiplas crises atuais. Essas crises são o resultado direto do modelo neoliberal usado, ou seja o modelo de produção e consumo promovido pelas empresas multinacionais.

Estas multinacionais lançaram outro agressivo ataque contra o setor camponês sob o pretexto de ajudar a resolver a crise climática e dos alimentos. As multinacionais apropriam-se das melhores terras ocupadas pelas famílias camponesas, para o plantio de biocombustíveis e outras monoculturas. O seu interesse

A soberania alimentar protege os mercados nacionais dos preços baixos causados pelo dumping, assim como também dos preços altos causados pela especulação

é o de destruir as nossas próprias práticas agrícolas e nossa tecnologia e nos querem obrigar a utilizar as suas tecnologias e insumos, que arruinam o meio ambiente e a saúde das nossas famílias. Isso causa o deslocamento maciço de camponeses, de comunidades indígenas e negras para áreas marginais, áridas e carentes de água. As famílias camponesas são obrigadas a abandonar as suas terras e migrar para as cidades, onde eles sofrem de fome por falta de emprego e de dinheiro.

A Via Campesina propõe a soberania alimentar como a única saída da atual crise. A soberania alimentar responde à crise de alimentos com a agricultura de pequena escala, cuja vocação é a de alimentar os seres humanos. A soberania alimentar protege os mercados nacionais dos preços baixos causados pelo dumping, assim como também dos preços altos causados pela especulação. A soberania alimentar desassocia os preços dos alimentos ao do preço do petróleo, através de métodos de produção com base na agroecologia.

A soberania alimentar responde à crise climática e à crise energética causadas pelo uso de combustíveis fósseis na agricultura industrial e no transporte de longa distância dos alimentos o que representa 30-40% de todas as emissões de gases que causam o efeito estufa no nosso planeta. A realocação da produção e consumo dos alimentos, assim como os métodos de produção agroecológicos, eliminariam uma das principais fontes de desperdício de recursos fósseis e as causas do aquecimento global. Agricultura camponesa arrefece o planeta.

A soberania alimentar tomaria o controlo sobre os nossos alimentos básicos das empresas multinacionais e do setor privado, e proibiria a especulação, o açambarcamento das terras, e as exportações forçadas. A proibição da interferência dos fundos de capitais especulativos nos mercados de alimentos, seria uma medida chave para limitar o impacto da crise financeira no bolso da população.

São os setores camponeses e a agricultura familiar que alimentam os povos do mundo; as grandes machambas industriais dedicam-se à exportação. Então, devemos exigir a soberania alimentar baseada na agricultura camponesa sustentável, que estabiliza os preços dos alimentos e das culturas, e promover a produção de pequena escala dos alimentos em todo mundo- alimentos saudáveis e seguros para as pessoas, com preços justos tanto para os produtores como os consumidores.



I. O que é a agricultura camponesa sustentável?

A agricultura camponesa não é um “modelo de produção económico”, é um modo de vida, e por isso, tem aspetos complexos. As práticas de produção e de consumo que a Via Campesina defende são caracterizadas pelos seguintes aspetos:

Os camponeses e os pequenos agricultores são a chave da solução

Este sistema é diversificado, está baseado na agricultura familiar e na agricultura dos camponeses; desenvolve e dá continuidade a uma produção baseada nas raízes culturais concebidas e usadas pelos camponeses e agricultores familiares nas suas machambas. É um modelo que pode alimentar populações inteiras e permite garantir à população rural o direito a uma vida digna, socialmente, culturalmente e economicamente, com base no trabalho da terra, como já foi praticado por muitas gerações.

O modelo de agricultura camponesa respeita os direitos básicos, e defende que as pessoas devem estar no centro de todas as políticas, ao contrário de ser o mercado: estamos a falar de uma sociedade rural justa. Este modelo protege os camponeses, os povos indígenas e as comunidades negras, junto com os seus valores culturais e humanos, porque esta é a força indispensável para o funcionamento do sistema

produtivo. Sem homens e mulheres para lavrar a terra, não pode haver agricultura. E sem agricultura, o que as pessoas vão comer?

Homens e mulheres são tratados com igualdade

As mulheres são tratadas igualmente aos homens e têm completo acesso aos meios de produção. As mulheres também participam plenamente nas decisões tomadas nas suas comunidades, assim como nas organizações que as representam.

Produzir autonomamente tanto quanto possível

A produção é feita de forma autónoma tanto quanto possível, independentemente de insumos externos (fertilizantes, pesticidas, capital, sementes híbridas...), e conserva e cuida dos bens naturais que são utilizados na produção (terra, sementes, solo, biodiversidade, água, diversos conhecimentos humanos, etc.). Para este efeito a reprodução de sementes na machamba é fundamental, e/ou por parte das poucas instituições públicas ou centros de pesquisa públicos que não patenteiam as sementes para ganhar dinheiro com elas, e a rejeição das sementes patenteadas, híbridas e transgênicas. Na África, por exemplo, 60% da agricultura é ainda autónoma, e nós queremos manter e fortalecer esse modelo.



O acesso e o controlo sobre o uso dos meios de produção

Os camponeses e as comunidades rurais devem ser capazes de decidir sobre o uso da terra, guardar e reproduzir as suas próprias sementes, controlar o uso de água, e ter acesso a suficiente crédito. Isto permite-lhes deixar para as futuras gerações um solo rico e fértil que produz vários produtos num sistema de produção diversificado. Uma verdadeira reforma agrária é fundamental para recolocar a terra nas mãos de quem a trabalha, e para criar uma agricultura camponesa dinâmica.

A agricultura camponesa é uma produção diversificada

A diferença entre a produção industrial que se baseia na monocultura e a produção camponesa que é diversificada, podendo se encontrar no mesmo terreno 10 a 12 culturas diferentes, para além de árvores e gado. A agricultura camponesa combina de uma forma eficaz a diversidade de culturas com a criação de gado (peixe, bovinos, aves, etc).

Os mercados locais e nacionais têm prioridade

As necessidades locais e nacionais devem ter prioridade e os camponeses e pequenos agricultores devem ter

acesso em primeiro lugar aos seus próprios mercados locais e nacionais. Devem ser capazes de controlar o processamento local e a comercialização dos seus produtos, em colaboração com as comunidades e com os consumidores urbanos, de modo que os produtos possam ser vendidos a preços justos tanto para os produtores como para os consumidores. Os atuais acordos de comércio livre estão a arruinar os agricultores, já que estes acordos são usados para liberalizar os mercados de alimentos, impondo preços de miséria para os camponeses do mundo, e é por isso que continuamos a exigir que tanto a Organização Mundial de Comercio como os acordos comerciais bilaterais e multilaterais, estejam fora da agricultura.

Alimentos de alta qualidade

Este modelo produz alimentação diversificada e culturalmente adequada para o consumo nas proximidades da produção. Isso ajuda a reduzir os custos de transporte e evita o custo desnecessário de processamento industrial.

Tecnologia apropriada

A agricultura camponesa é dinâmica, integra inovações, e deve integrar uma mistura do conhecimento tradicional e da tecnologia de agroecologia moderna. A tecnologia deve estar adaptada a um modelo de produção que respeite o meio ambiente, e esteja controlado pelos homens e mulheres camponeses. A tecnologia deve estar ao serviço das pessoas e não ao serviço do capital, para não gerar lucros para os bancos e as indústrias. Nós nos opomos aos transgénicos e aos pesticidas.

O conhecimento das famílias camponesas e dos indígenas é fundamental

Os conhecimentos dos povos, indígenas e as experiências tradicionais são considerados como a chave para o desenvolvimento desse modelo de produção. Manter as variedades e as raças de gado da região, assim como a biodiversidade no meio ambiente (flora e fauna).

Promoção de métodos agroecológicos

Os métodos de produção agroecológicos, pretendem obter produtos alimentares de boa qualidade, sem

Na medida em que se tenha autónoma da influência das empresas privadas, dos partidos políticos, das ONGs, a organização é mais forte e controla melhor o seu próprio destino.

afetar negativamente o meio ambiente, e ao mesmo tempo melhorar e conservar a fertilidade do solo (graças a uma correta utilização dos recursos naturais, e a menor quantidade possível de produtos químicos industriais). A agroecologia requer desenvolvimento tecnológico, baseado no conhecimento indígena e tradicional e a ciência da agroecologia, que favorece a proteção do ambiente natural, da biodiversidade e da viabilidade económica e social de um modo sustentável. As experiências de muitas organizações membros da Vía Campesina, nomeadamente a de ANAP em Cuba, têm demonstrado que a metodologia “de Camponês a Camponês” é a melhor maneira para os camponeses e as famílias agricultoras desenvolverem e compartilhar as suas próprias tecnologias e seus sistemas de cultivo agroecológico. Em contraste, o método convencional de cima para baixo (método vertical) das instituições e corporações promove o uso de tecnologias inadequadas que destroem o meio ambiente, envenenam as pessoas, levam os agricultores à falência, e enriquecem o setor privado. Uma produção camponesa diversificada é fundamental para atender às necessidades e obter uma forma de produção estável.

A agricultura camponesa está ligada a um espaço ou ao território geográfico

A agricultura camponesa está ligada a um espaço geográfico específico, a um território. Os camponeses estão enraizados no lugar onde construíram os seus meios de subsistência durante muitas gerações. Não se pode compreender a agricultura camponesa, sem entender a ligação das pessoas à sua terra e aos seus territórios.

Pilar da economia local

A agricultura camponesa dá emprego a muitas pessoas, não só aqueles que trabalham diretamente na produção. A agricultura camponesa é um dos pilares da economia local e ajuda a manter e aumentar o emprego rural e a manter aldeias e cidades vivas. Permite que as comunidades reforcem a sua própria

cultura e identidade. Uma economia rural camponesa bem distribuída pelo território assegura um desenvolvimento nacional económico forte.

Este modelo permite uma vida digna para todos

Este modelo deve proporcionar uma rentabilidade adequada, assim como bons cuidados de saúde, e oportunidades educacionais para todos os membros da comunidade (homens, mulheres, crianças, idosos, agricultores familiares, camponeses e trabalhadores agrícolas).

A organização camponesa autónoma como base

Uma comunidade bem organizada é fundamental, desta forma fortalece-se os laços que fazem com que todo o processo de produção e de troca seja muito mais forte. Na medida em que se tenha autónoma da influência das empresas privadas, dos partidos políticos, das ONGs, etc. a organização é mais forte e controla melhor o seu próprio destino.

Cooperação em vez de concorrência e conflito

A solidariedade e a cooperação, e não concorrência, devem ser os princípios básicos das organizações para resolver os conflitos sobre o uso da terra e da água. Temos de encontrar soluções que sejam justas para todas as partes, quando há conflitos entre camponeses, proprietários, trabalhadores rurais, pastores nômadas e os povos indígenas. Por exemplo, devemos levar em conta as necessidades dos pastores nômadas para as pastagens, por meio de acordos locais que sejam justos e que evitam conflitos.

Ligações diretas com os consumidores e as organizações urbanas

As organizações de camponeses e as comunidades devem desenvolver ligações diretas com os consumidores e grupos urbanos para a troca de produtos e serviços. Isto vai permitir que as comunidades vão beneficiar dos frutos do seu trabalho, em vez de acabarem nos bolsos

das grandes empresas transnacionais e dos comerciantes.

II. A agricultura camponesa alimenta o mundo e é muito mais produtiva do que a agricultura industrial

A produção de alimentos de hoje é suficiente para alimentar o mundo e ainda há um enorme potencial para aumentar ainda mais a produção. Além deste fato, a produtividade total por unidade de área da produção camponesa é muito maior do que o da agricultura industrial, podendo ser até 10 vezes superior. Os modelos industriais mostraram “maiores rendimentos por hectare” para um produto específico, cultivado em monocultura. Mas a agricultura camponesa tipicamente produz várias culturas e diversos produtos de origem animal no mesmo terreno, e o seu trabalho é mais rentável por unidade de área e mais eficaz economicamente. A qualidade do trabalho da família camponesa também é melhor, são melhores em manter a fertilidade do solo, e utilizam menos insumos industriais comprados. Por outro lado, os camponeses também produzem os alimentos diretamente para as suas comunidades que os necessitam, oferecendo assim acesso direto à produção e aos alimentos para maior número de pessoas. Os camponeses também gerem o seu património natural, de forma mais sustentável e eficiente, tais como, as florestas e os recursos aquáticos.

Nas grandes explorações industriais, o trabalho humano é substituído pela mecanização e na compra de insumos industriais (sementes, pesticidas e fertilizantes). Tudo isto requer sistemas de produção mais simples (monoculturas). Embora o rendimento de um produto (monocultura) seja maior, a produção total diminui drasticamente, e a destruição dos solos aumenta. Por último, a eficiência total da utilização de todos os diferentes fatores que entram na produção nas propriedades de maior dimensão, é muito mais baixa do que nas explorações médias e de pequena escala.

A agricultura camponesa arrefece o planeta

As “soluções” que as grandes empresas e seus governos oferecem à mudança climática - com base nos mecanismos de mercado - são uma ameaça para a agricultura camponesa. A agricultura sustentável de



pequena escala e consumo de alimentos locais vai inverter a devastação atual e dará sustento a milhares de famílias de agricultores. A agricultura sustentável de pequena escala, que é trabalhosa e requer muita mão-de-obra mas pouco uso de energia, pode realmente contribuir para parar e reverter os efeitos das mudanças climáticas:

- Através do armazenamento de mais CO² na matéria orgânica do solo por meio de uma produção sustentável.
- Através da substituição de fertilizantes químicos nitrogenados com fertilizantes orgânicos, e / ou mediante o cultivo de plantas fixadoras de nitrogênio que o captam diretamente do ar, técnicas já praticadas na agricultura ecológica.
- Através da geração, armazenamento e uso descentralizado de fontes de energia alternativa.

Precisamos urgentemente de parar os reais emissores de gases de efeito estufa, em vez de penalizar os camponeses. Não podemos aceitar o mecanismo do “mercado do carbono”, uma vez que nem para nem pune os responsáveis poluidores.

III. Defendemos um modelo baseado no empoderamento das pessoas, e não o das multinacionais

As grandes empresas pretendem destruir o modelo camponês, a fim de converter os camponeses em moradores de bairros urbanos pobres ou em jornaleiros nas suas plantações, e em consumidores de seus alimentos industriais.

Os camponeses, os povos indígenas e os trabalhadores rurais são confrontados com preços extremamente baixos para os seus produtos agrícolas e / ou também com salários muito baixos. Os mercados totalmente liberalizados levam os camponeses à ruína, forçando-os a deixar as suas terras e as suas aldeias.

A indústria promoveu um modelo baseado nas monoculturas, a produção animal confinada ao estilo “fábrica no campo”, e os transgênicos, usando enormes quantidades de pesticidas perigosos e desperdiçando enormes quantidades de energia fóssil (adubos químicos, mecanização excessiva, etc.). Tudo isso provocou a contaminação por transgênicos, a acumulação perigosa de PCB, DDT, e outros pesticidas e compostos de metais pesados nos solos, na água e no ecossistema marinho.

Os altos custos de produção da chamada “Revolução Verde” (imposição do uso de insumos industriais caros) absorvem qualquer aumento possível de rentabilidade, e impede os agricultores pobres de usarem os seus próprios métodos de cultivo.

No geral, o grande uso de energia fóssil na agricultura industrial e o transporte de alimentos de longa distância, torna que o dito modelo seja uma das principais causas da crise climática.

O modelo de agricultura industrial aumenta a desertificação, destruindo desta maneira os solos pela erosão, a compactação, a salinização, e o empobrecimento também contamina e esgota as reservas de água pelo uso de irrigação intensiva. A agricultura industrial acelera o desflorestamento, o que agrava a crise climática e cria enormes perdas de biodiversidade. Mais de 5 000 espécies da nossa herança genética perdem-se cada ano. Também causa

um aumento no número de pragas cada vez mais perigosas produzidas pela utilização da monocultura, a padronização genética das plantas e dos animais, a erradicação dos inimigos naturais das pragas, e o aumento da resistência aos inseticidas e fungicidas. Também está causando novas doenças humanas através da produção em grande escala confinada de aves, suínos e bovinos. Produz produtos alimentares de má qualidade que são intensamente processados, o que leva a que a comida seja cara e má para a saúde humana.

Os altos custos de produção da chamada “Revolução Verde” absorvem qualquer aumento possível de rentabilidade, e impede os agricultores pobres de usarem os seus próprios métodos de cultivo.

Nas áreas rurais esse modelo de produção industrial cria cada vez mais, uma classe de pessoas sem terra e sem emprego que migram para as cidades. Causa a fome endêmica, a subnutrição e a miséria. O impacto negativo na saúde quando se usam alimentos industriais faz com que a saúde pública tenha que dedicar uma grande parte do orçamento e de tempo, assim como também recursos humanos e materiais para tratar doenças que nunca deveriam ter existido em primeiro lugar.

O atual modelo industrial capitalista, também especula com os terrenos agrícolas, com a cumplicidade dos governos, expropriando e obrigando a vendas forçadas, o chamado açambarcamento de terras para a construção de complexos industriais, plantações em larga escala e agricultura industrial, ou desenvolvimento de infraestrutura, mineração, urbanização, etc. Isto gera enormes lucros para as corporações e o despejo das pessoas das suas próprias terras e territórios, e sua deslocação forçada para condições muito piores, usando a polícia, soldados, paramilitares e forças de segurança privadas, que matam os camponeses, destroem as suas comunidades, e criam uma atmosfera de medo e repressão. A miséria e a violência que este modelo gera afeta mais as mulheres, os idosos e as crianças, com este tratamento violento e negativo, assim como a exploração e os constantes ataques aos seus direitos.

IV. A Via Campesina rejeita com determinação os métodos agrícolas industriais, mesmo quando se fala de agricultura supostamente “orgânica”

Temos que ter cuidado com os conceitos de sustentabilidade que as corporações transnacionais, e seus governos cativos, agora estão propondo. Eles só tentam substituir os insumos que têm efeitos adversos sobre o meio ambiente com insumos menos destrutivos. Esta estratégia baseia-se apenas na busca de novos insumos comercializáveis, e ele não quer questionar a estrutura de monocultura ou a dependência gerada pelo uso de qualquer compra de insumos. As transnacionais usam fundações, ONGs e instituições governamentais para se esconderem, deixando-os introduzir os programas que vendem

os seus produtos para os agricultores. Noutros casos as transnacionais desenvolvem programas de apoio social que trazem “soluções para as pessoas”, tentando limpar a sua imagem pública, ao mesmo tempo que pagam aos camponeses preços cada vez mais baixos pelas suas colheitas e vendem-lhes os insumos cada vez a preços mais caros. Como resultado, os camponeses continuam pobres ou vão à falência, e são forçados a sair das terras. A indústria também se está apropriando dos chamados “alimentos orgânicos”, por isso temos de diferenciar entre “industrial orgânico” e “camponês” ou “agricultura familiar orgânica”.

Plano de Trabalho da Comissão Agricultura Camponesa Sustentável 2009-1011

1. Transformação dos Métodos de Produção

A. Rede de Formadores/as em Agroecologia dentro da Via Campesina (LVC)

A articulação de uma rede de programas, projetos, escolas e formadores/as em agro ecologia dentro da Via Campesina com dimensões continentais, e mais tarde à escala global - irá permitir o fortalecimento do trabalho de agro ecologia que estamos a levar a cabo aos níveis locais, nacionais e regionais dentro LVC. Desta forma estabelecer-se-ão as bases para as futuras sinergias assim como também facilitar a troca de experiências, metodologias, materiais educativos, professores, etc. Com as atuais possibilidades de comunicação, esta rede pretende ser um verdadeiro instrumento ao serviço da agricultura camponesa sustentável em todo o mundo. Vamos começar a construir essa rede com encontros continentais nas Américas (Venezuela, de 10 a 20 de agosto de 2009), na Ásia (2010), na Europa (2010) e na África (2010), seguidos por um encontro mundial (2011). Os delegados/as participantes nestas reuniões serão responsáveis pela criação de estruturas de comunicação e intercâmbio, com base nas suas necessidades regionais. Irão desenvolver planos de trabalho, incluindo cursos de formação e workshops,

a recolha e / ou produção de materiais educativos, visitas de estudo, etc. Também se devem criar redes de aliados (pesquisadores, professores, ONGs, etc), que nos possam ajudar com as necessidades específicas em termos de formação e de materiais. Com efeito, cada encontro irá desenvolver um plano de trabalho continental.

B. Trocas de Experiências

Como nos mostram as nossas experiências com a metodologia “de camponês para camponês” a troca de experiências (visitas de estudo) são as ferramentas mais eficazes para a disseminação das práticas agro ecológicas e da agricultura camponesa sustentável, é uma forma de aprendizagem horizontal. Pretendemos identificar os casos exemplares em cada continente, através das redes que nós criamos, e organizar visitas de estudo para que outros possam aprender com essas experiências. Em particular, vamos identificar “problemas” em alguns lugares, e “soluções” noutros. Para orientar a planificação das visitas será dada prioridade aos intercâmbios a nível nacional e regional.

C. Documentação, Sistematização e Socialização de Experiências de Agro ecologia, Agricultura Camponesa Sustentável, Respostas Às Mudanças Climáticas e Soberania Alimentar

Uma vez que tenhamos identificado os casos mais interessantes então faremos um trabalho de documentação e sistematização dessas experiências, destacando as lições aprendidas, que iremos publicar em livros e panfletos de educação popular (e vídeos), para serem compartilhados entre os membros da Via Campesina e os nossos aliados, como parte de um processo de aprendizagem horizontal. Esta Comissão vai publicar uma série ou “biblioteca” das melhores experiências de agricultura camponesa sustentável, agro ecologia, respostas ao aquecimento global, e soberania alimentar dentro da Via Campesina.

D. Materiais educativos e de difusão (Biblioteca de Estudo)

Vamos publicar sete livros (numa mesma série, como uma mini-biblioteca- de estudo) com a intenção de dotar o nosso movimento com uma perspectiva própria ampla sobre os temas de agro ecologia e agricultura camponesa sustentável. Estes poderão ser livros inteiros (como Agroecologia por Miguel Altieri), e / ou volumes de coleções de artigos editados. Vamos traduzir esses materiais para as quatro línguas oficiais da Via Campesina (Espanhol, Inglês, Francês e Português). Também vamos fazer um esforço para recolher materiais educativos e documentos importantes, e torná-los disponíveis numa seção especial da página web da Via Campesina.

2. Campanha para convencer o público das virtudes e benefícios da agricultura camponesa sustentável, e a luta contra o modelo de agricultura industrial das Empresas Transnacionais

É necessário que esta Comissão desenvolva e promova um processo de análise, reflexão e debate no seio, e dentro de e entre as organizações da Via Campesina, sobre as nossas estratégias de luta contra o modelo dominante da agricultura industrial por empresas transnacionais. Na luta para defender a agricultura camponesa e a agricultura familiar, a Via Campesina deve desenvolver e apoiar certos argumentos sobre



Também vamos fazer um esforço para recolher materiais educativos e documentos importantes, e torná-los disponíveis numa seção especial da página web da Via Campesina.

as virtudes e os benefícios deste tipo de agricultura. Por exemplo, devemos desenvolver argumentos que a agricultura camponesa sustentável:

- a. *Pode alimentar o mundo.*
- b. *Pode arrefecer o planeta (é uma solução para a mudança climática).*
- c. *É um compromisso com a construção de sociedades sustentáveis e justas para os produtores e para os consumidores.*
- d. *É a alternativa aos transgênicos, aos pesticidas, etc. (não precisa deles para ser produtiva)*

e. Gera, em conjunto com a soberania alimentar, formas sustentáveis de ganhar a vida (subsistência), com benefícios para as culturas locais.

f. Que os métodos (“de camponês para camponês”) são melhores do que os das “ONG para camponês” ou “técnico-agrário” ao camponês, e por quê.

Se levará a cabo um processo de investigação, análise e síntese dos argumentos e dados que apoiam estas afirmações, a fim de publicar relatórios convincentes e materiais de divulgação sobre cada ano.

3. Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa Sustentável e Soberania Alimentar

A Via Campesina precisa avançar na formulação e promoção de políticas públicas para a agricultura camponesa sustentável e a soberania alimentar. Acima de tudo nos casos em que já podemos contar com “recetividade” dos governos e / ou instituições, precisamos influenciar o processo de tomada de decisões e de implementação, e acompanhar a aplicação e cumprimento, a nível local, provincial e nacional.

Em coordenação com a Comissão de Soberania Alimentar, o CCI e o SOI, vamos realizar um seminário Interno internacional (a Via Campesina mais os aliados) sobre as Políticas Públicas e de Estado relativos à Soberania Alimentar e a Agricultura Camponesa Sustentável (no início de 2010), e devemos fortalecer a nossa participação nos diálogos que já estão em curso com os respetivos governos locais e nacionais, e com os processos regionais (ALBA, Petro Caribe). Nós propomos iniciar a construção de um espaço compartilhado muito necessário, de um processo de intercambio, acompanhamento e diálogo permanente com os governos, processos e funcionários recetivos (dos setores da agricultura, comércio interno, alimentação, saúde e educação, etc.). Propõem-se começar com uma série de três conferências internacionais (2009-10, 2010-11, 2011-12) sobre a Soberania Alimentar e Agricultura Camponesa: Políticas de Estado, Programas, Instrumentos, Mecanismos e Instituições. Países de acolhimento possíveis incluem Venezuela (onde já foram feitos contatos iniciais, com resposta favorável),

Equador, Bolívia e Cuba. Há uma possibilidade de financiamento através do Governo Bolivariano da Venezuela, do Banco da ALBA, e da Petro-Caribe.

4. Estratégia de Alianças

No trabalho desta Comissão, especialmente sobre os temas mencionados acima, precisamos identificar as nossas necessidades em termos de alianças e os aliados potenciais para cada um dos nossos assuntos / tópicos, e devemos construir essas alianças com os aliados desejados. Esses aliados poderiam incluir pesquisadores, professores, ONGs, doadores, e outras organizações camponesas e de povos indígenas e organizações de outros setores, como consumidores, ambientalistas, moradores de bairros pobres suburbanos, etc.

5. Funcionamento da Comissão e Captação de Recursos

Se ratifica a coordenação política e o apoio técnico atual da Comissão a nível global. Os delegados/as de cada região vai assumir a tarefa de coordenar as atividades da Comissão em suas respetivas regiões, com o apoio da equipe técnica de suas regiões, e em coordenação com os seus delegados/as regionais da CCI.

A Comissão se reunirá novamente este ano em Havana em novembro 16-21, no contexto do II Encontro Internacional do Movimento Agro ecológico “de camponês para camponês”, e a reunião seguinte será em 2011.

A angariação intensiva de fundos será realizada em todas as regiões, e a nível global, para apoiar o Plano de Trabalho da Comissão. Isso vai exigir um trabalho político no seio dos doadores feito pelos membros da Comissão, e com o apoio da equipe técnica das organizações e das VC regionais da, assim como também do CCI e do SOI.

Debate a cerca do conceito de agroecologia

Nós, camponeses e camponesas, povos indígenas, afro-descendentes, processos sociais emergentes, representando 46 organizações provenientes de 16 países, reunimo-nos no primeiro encontro de formadores de Agroecologia da LVC na América Latina, de 10-20 de Agosto de 2009, em “Paulo Fraire” Instituto Superior Agroecológico em Barinas, Venezuela. Nós declaramos que a agroecologia é necessária para que os nossos povos possam garantir a soberania alimentar e energética para a emancipação humana. Além disso, a agroecologia é vital para o avanço da luta dos nossos povos em prol da construção de uma sociedade sem propriedades privadas nos meios de produção e na nossa herança natural, onde não há forma de opressão ou exploração e que a meta não é a acumulação económica.

A agroecologia é parte da nossa ancestralidade, e da nossa maneira dinâmica e racional de estar na natureza,

respeitando a sua biodiversidade, ciclos e equilíbrio. É uma das nossas formas de luta contra o avanço do capitalismo e todas as formas de dominação, por isso, é uma construção baseada em classes políticas, populares, sociais, culturais, ancestrais, científicas, económicas, e estratégicas.

A agroecologia é capaz e deve alimentar todos os nossos povos e deve ser acompanhada por uma luta política intensa pela soberania alimentar e energética, pela defesa e recuperação de territórios e verdadeiras reformas agrárias e urbanas.

Na nossa perspectiva de agroecologia, rejeitamos toda a certificação externa de frutos da nossa classe trabalhadora –não devemos permitir a comercialização dos selos de certificação criados pelas transnacionais– pelo contrário, a nossa garantia consiste nos calos em nossas mãos, na nossa ética, na esperança que se pode ver nos nosso olhos, latifúndios, das nossas raízes, das nossas veias abertas nas lutas e do nosso sangue que tem



fertilizado os solos por muitos séculos.

A agroecologia deve ser maciça e internacional. O conhecimento acumulado pelos nossos povos deve contribuir para o desenvolvimento das forças produtivas baseadas na natureza e no trabalho do homem, dando-nos tempo e condições necessárias para organizar outras dimensões das nossas vidas.

A agroecologia inclui: o cuidado e defesa da vida, produção de alimentos, consciência política e organizacional. Por meio desta, avançamos no nosso processo de cooperação, na transformação e aumento de qualidade dos nossos produtos (agroindústria de pequena escala), troca de frutos do nosso trabalho, promovendo uma aliança entre os povos do campo e da cidade.

No nosso processo de aproximação a um conceito de agroecologia, fizemos um exercício colectivo baseado na clarificação dos aspectos que defendemos como parte do que nós, na LVC, vemos como agroecologia e aquilo que nós rejeitamos ou que sentimos que não tenha espaço na nossa visão de agroecologia.

A nossa intenção em partilhar estas listas é de reflectir em todos os assuntos a que nos referimos acima,

e que nos ajudam a aprofundar o debate. Nós percebemos que os nossos esforços neste debate são apenas um input inicial ou “detonador” para induzir o fortalecimento contínuo da nossa visão nos próximos encontros da LVC.

Durante os nossos debates que aconteceram em vários espaços e momentos neste encontro, identificamos duas áreas em que precisamos continuar a nossa reflexão e análise para alcançar práticas e princípios comuns que permitam avançar juntos na construção de uma nova sociedade e que nos permita chegar mais próximo daquilo a que nós como LVC nos referimos com o conceito de “agroecologia”. Essas áreas são:

- Agroecologia como um instrumento de luta para o socialismo. Todas as organizações e povos constroem os seus próprios processos de acordo com sua própria realidade e contexto nacional.
- O conceito de escala na produção agroecológica.


O QUE DEFENDEMOS	O QUE REJEITAMOS
A integração da humanidade, em harmonia e equilíbrio com a natureza.	Academismo e tecnicismo.
Instrumento de luta contra o capitalismo e por uma sociedade justa.	A certificação de sementes e dos frutos do nosso trabalho.
É uma maneira de conceber a vida ancestral e emergente de nossos povos e comunidades.	A padronização das dietas de nossos povos e o “junk food” (comida de péssima qualidade, McDonalds, etc.).
É um processo social e político que luta para a recuperação integral da soberania alimentar e reforma agrária genuína.	Comercialismo.
Intercâmbio e cooperação entre os povos, e combater todas as formas de opressão e exploração.	Agros tóxicos.
Necesidad de la reforma agraria para hacer viable la agroecología.	La rentabilidad individual o economicismo.
A reforma agrária é necessária para tornar viável a agro ecologia lucro individual e.	Economicismo.
Agra ecologia é um processo dinâmico.	Grandes propriedades particulares (latifúndios).
Soberania energética, hidrológica, genética, tecnológica e territorial.	Monoculturas.
Criação de novas relações dentro da família contra patriarcado.	Agronegócios.

O QUE DEFENDEMOS	O QUE REJEITAMOS
Um instrumento para transformação colectiva da realidade.	Ambição e egoísmo.
Respeito a Mãe Terra e a natureza.	Hegemonia e capitalismo.
Autonomia de criação.	Verticalismo de cima para baixo.
Não contaminação (poluição do ambiente.	Corrupção.
Necessita de água limpa, não poluída.	Manipulações genéticas (transgénicos, sementes híbridas, etc.).
Restaura o equilíbrio da Natureza.	Patentes na Vida.
O direito e o dever de nossos povos.	Privatização e monopólio da educação, saúde, património natural e agroecossistemas.
Biodiversidade.	Especulação.
Agroecologia é ideologia.	Consumismo.
Agroecologia é ciência.	Patriarcado e outras relações de exploração.
Requer pesquisa realizada pelo povo e ao serviço do povo.	A apropriação dos processos produtivos das empresas transnacionais.
Utiliza as tecnologias que são socialmente aceites e aprovados pelo camponês e dos povos indígenas como ferramentas de transformação.	O deslocamento forçado das populações rurais.

O QUE DEFENDEMOS	O QUE REJEITAMOS
Melhorar a qualidade de vida e as condições de trabalho para os camponeses e trabalhadores agrícolas.	A separação dos seres humanos com a Natureza.
Baseado nos processos sociais horizontais.	A agricultura não é simplesmente orgânica.
Valoriza o popular e o conhecimento tradicional.	Não é apenas uma alternativa.
É uma acção colectiva baseada nos princípios de cooperação.	Capital não cultiva – produz mercadorias, relações sociais de exploração, e a destruição da natureza.
É o plantar de semente numa nova sociedade.	Substituição dos insumos.
Agroecologia têm dimensões culturais, políticas, sociais, técnicas, ambientais, organizacionais e estratégicas.	"Agricultura Ecológica", que é limitada a produção de alimentos.
Liberando.	Apenas uma política ou lei.
A defesa das sementes nativas	Que o "educador", "técnico ou engenheiro agrónomo", ou "líder" são os protagonistas".
Necessita lutas contra os senhorios.	Produções isoladas.
Devia ser aplicado em áreas urbanas.	
Diversificação da produtiva para garantir o auto-abastecimento.	
Agroecologia pode e devia alimentar o mundo.	



A agroecología Deve reforçar a nossa identidade colectiva, que inclui camponeses, povos indígenas, afro descendentes e outras expressões sociais emergentes.

 *La Via Campesina, Colombo, Sri Lanka, 18-22 Maio de 2010.

O QUE DEFENDEMOS	O QUE REJEITAMOS
Deve reforçar a nossa identidade colectiva, que inclui camponeses, povos indígenas, afro descendentes e outras expressões sociais emergentes.	
Devia reafirmar o nosso sentido pertença na agricultura.	
É um processo que permite uma reconstrução ecológica enquanto favorece mudança radical.	

Encontro de Agroecologia da Ásia*

A ESTRUTURA DA POLÍTICA PARA A AGROECOLOGIA

Necessidade de uma política na Agroecologia:

- A necessidade de uma política na agroecologia, a nível nacional, para regenerar o nosso sistema de cultivo que é ambiente e economicamente sustentável e é sócio e culturalmente aceitável e justa.
- Que ajude a expandir e propagar o sistema da agroecologia sustentável para dismantelar a escravatura camponesa e pequenos agricultores do agronegócio, armadilhas de dívidas e a ameaça químicos tóxicos, produtos geneticamente modificados, uso ineficiente dos recursos hídricos?

Objectivo de uma política de Agroecologia:

- a) Salvar os camponeses e a agricultura da actual crise agrária e trazer a reforma agrária que favorece a população e não as transnacionais, desencorajar e desligar-se de todos os elementos da comercialização da agricultura.
- b) Assegurar e meios de sustento da população rural e comunidades de agricultores e dar uma contribuição positiva para a produção e produtividade no sector agrícola.
- c) Assegurar o uso de recursos locais (como sementes, estrumes etc.) sem nenhum controle monopolístico dos MNCs.
- d) Opor-se às actuais políticas neoliberais sobre a terra, água, sementes e mercados.
- e) Conservar a base dos recursos ambientais e a conhecimento tradicional e sustentá-lo para as gerações vindouras.



A política da agroecologia deve garantir:

1. Soberania alimentar.
2. Direito humano fundamental de produzir e ter acesso aos alimentos.
3. Um sistema de agricultura diversificado baseado na família e na comunidade (que considere tanto o homem como a mulher).
4. Um sistema de agricultura que se preocupa com as pessoas e NÃO com o MERCADO
5. Um sistema de agricultura que garanta rendimentos justos para os trabalhadores do campo e assegure a sua segurança alimentar.
6. Um reforma territorial democrática para garantir o acesso igualitário à terra de forma a trazer as pessoas de volta as suas terras.
7. Protecção contra as intervenções tecnológicas até que se provem seguras nos padrões de segurança local, sustentabilidade, saúde e ambiente.
8. Protecção contra a entrada e uso de tecnologias perigosas, isto é, fertilizantes químicos e pesticidas e engenharia genética que são prejudiciais para a população, o ambiente, o solo, a biodiversidade, os animais terrestres e aquáticos.
9. Protecção e conservação da agrobiodiversidade; diversidade florestal, animal e de aves.
10. Protecção e conservação do conhecimento local de povos indígenas a cerca dos alimentos e da sua produção assim como o seu controle nas comunidades locais.
11. Dar poder as comunidades locais para controlar as suas vidas.
12. Protecção do conhecimento e recursos dos indígenas contra a exploração e apropriação comercial através do sistema de patentes e de DPI.
13. Direitos das comunidades locais sobre os seus alimentos sementes, terras, água e recursos naturais.
14. Direitos das comunidades locais de formar cooperativas/federações de camponeses para voluntariamente/ colectivamente entrar no mercado comercial justo e sustentável para vender os seus produtos excedentes no mercado local e interno.
15. Direito dos camponeses de receber um valor justo e remunerável pelo seu produto que cobre o custo da sua terra, do seu trabalho, do custo da produção e uma porção de lucros que vai permitir-lhes viver com dignidade.
16. Protecção contra a manipulação de preços, especulação, dumping, e importações desnecessárias e regras injustas de acordos de comércio bilateral e multilateral.
17. Que a política sobre agroecologia esteja em concordância com todas as leis e políticas de terra, água, sementes, alimentos, biodiversidade, biosegurança etc. Se não houver nenhuma política ou lei que esteja contra a provisão da política da agroecologia então a política da agroecologia vai prevalecer.

Recomendações para a Campanha Global das Sementes da Via Campesina*

✎ *Discutidas durante o Fórum, “Defendamos as sementes camponesas pela vida e o futuro da humanidade”. Bali, Indonésia, março de 2011.

De 7 a 11 de março de 2011 nos reunimos quase 40 representantes de organizações da Via Campesina da Indonésia, Coreia do Sul, Índia, Madagascar, França, México, Brasil, Chile e El Salvador. Juntos realizamos o primeiro fórum internacional de produtores de sementes da Via Campesina, “Defendamos as sementes camponesas pela vida e o futuro da humanidade”.

A grande maioria das organizações da Via Campesina já realiza algum tipo de atividade relacionada com a recuperação de sistemas camponeses de sementes. Dentre estas atividades se incluem campanhas políticas contra as ameaças da indústria de sementes e contra a criminalização dos produtores camponeses de sementes; a defesa dos sistemas camponeses de sementes ante a opinião pública; atividades contra leis nacionais e internacionais que permitem e promovem a privatização das sementes.

Há, sobretudo, muito trabalho com as próprias sementes, uma tarefa na qual as mulheres são protagonistas importantes: o resgate de variedades locais e de conhecimentos sobre elas; assim como sua revalorização, conservação, reprodução, seleção, cruzamento, multiplicação, intercâmbio, distribuição e venda através das organizações camponesas.

Nossas comunidades demonstram que nossas próprias sementes são superiores às sementes comerciais em numerosos aspectos. As sementes da indústria requerem de imensas quantidades de insumos químicos, de água e maquinário, que destroem nossa saúde e a do meio ambiente. Levam os camponeses ao endividamento, dependência e até a abandonar seus cultivos nutritivos, substituindo-os por cultivos industriais de exportação. As sementes camponesas são sistemas vivos. Seleccionadas e multiplicadas nos mesmos campos em que são cultivadas, são capazes de se adaptar às condições locais e a mudanças no



clima, sem utilizar venenos químicos nem tecnologia industrial. Funcionam bem para as necessidades de nossos povos e permanecem em nossas mãos, sob nosso controle e cuidado. Seguem sendo uma alternativa real às sementes híbridas e transgênicas das corporações. Damo-nos conta que para realizar a soberania alimentaria é necessária a soberania de sementes.

Apesar de todas as atividades que já realizamos com sementes camponesas, vemos a necessidade de fortalecer a Campanha Internacional de Sementes, “Patrimônio dos Povos ao Serviço da Humanidade” da Via Campesina, para aprofundar, ampliar e entrelaçar o trabalho presente, mediante apoio mútuo e intercâmbio, de formação e educação, assim como através de atividades políticas em comum. Propõe-se que a Campanha atue em nível internacional, regional, nacional e local, em dois eixos: 1) luta política pela defesa dos direitos dos camponeses e povos indígenas a produzir e guardar suas sementes e 2) fortalecimento e promoção prática dos sistemas camponeses de sementes. Neste trabalho a Campanha pode criar vínculos com pelo menos três comissões da Via Campesina:

Biodiversidade e Recursos Genéticos, Agricultura Camponesa Sustentável e Soberania Alimentaria.

Nesse sentido formulamos algumas recomendações para fortalecer e rearticular a Campanha: Princípios Gerais e Orientação da Campanha

- A Campanha deve atuar simultaneamente em nível **regional/internacional, nacional e local**; deve ser desenvolvida como **luta política** para defender as sementes camponesas e indígenas e os direitos coletivos dos camponeses a suas sementes; assim como através do **fortalecimento prático** dos sistemas de sementes camponesas, isto é, através da produção de sementes.
- Devemos **vincular em todo momento a relação transversal que têm as sementes camponesas com os outros eixos políticos da Via Campesina**: agricultura camponesa sustentável, agroecologia, soberania alimentaria, campanha contra Monsanto, reforma agrária e defesa da terra e território,



Devemos realizar urgentemente um debate interno sobre o vocabulário mais conveniente a ser utilizado para descrever nossos sistemas camponeses de sementes. Pensamos que devemos evitar palavras que provenham do vocabulário dominante da indústria, tal como “bancos” de sementes, e “recursos genéticos”. Pensamos que devem ser usadas palavras como “sementes camponesas”, “casas de sementes camponesas”, “armazéns de sementes camponesas” etc.

- mulheres, formação política e formação agroecológica, mudança climática, crise dos alimentos, políticas públicas, e Direitos Camponeses. Em outras palavras, devemos tornar político o tema das sementes, que se dê a conhecer no contexto de outras lutas da Via Campesina. Estamos conscientes de que as sementes são a base da soberania alimentaria.
- A campanha deve valorizar e dar visibilidade ao **papel das mulheres** que trabalham com sementes camponesas. De forma geral, deve contribuir a **valorizar e mostrar ao público a posição que ocupam as sementes nas culturas camponesa e indígena**.
- Uma dimensão da Campanha deve ser facilitar nosso **conhecimento sobre as leis de sementes** em vários níveis: leis internacionais (por exemplo, o Tratado de Sementes da ONU, UPOV, OMC-APDIC, OMPI) e leis nacionais (proteção vegetal, patentes, catálogos, certificações, normas industriais de sanidade vegetal etc.). Nesses espaços devemos definir e impor o reconhecimento dos direitos coletivos dos camponeses e proibir os direitos de propriedade industrial que permitem a privatização das sementes. Assim mesmo, o Tratado da Semente não deve ser mais que uma pequena parte da Campanha. Se no futuro encontrarmos que o Tratado já não é útil para nosso trabalho devemos abandoná-lo. Nossa prioridade deve ser a produção de sementes camponesas, como primeira forma de resistência e como sistema para proporcionar acesso às sementes, um sistema

- que jamais será substituído pelo do Tratado.
- Devemos **definir para quem se dirige a Campanha em suas distintas dimensões**: governos, meios de comunicação, camponeses, consumidores, ONGs etc., com estratégias distintas para cada um. Em todo momento cuidar de dar muita visibilidade às sementes camponesas e ao trabalho com elas.
- Devemos sempre **construir espaços de experiências culturais que incluam as sementes**. É uma maneira muito poderosa de mobilizar tanto a nossas organizações como toda a sociedade. No entanto, devemos assegurar que o tema das sementes permaneça um tema político.
- Devemos **analisar se é conveniente ou não que a Campanha também seja ampliada para abordar as raças camponesas de animais**. Isso deve ser definido logo.
- Devemos realizar urgentemente um **debate interno sobre o vocabulário mais conveniente a ser utilizado para descrever nossos sistemas camponeses de sementes**. Pensamos que devemos **evitar palavras que provenham do vocabulário dominante da indústria**, tal como “bancos” de sementes, e “recursos genéticos”. Pensamos que devem ser usadas palavras como “sementes camponesas”, “casas de sementes camponesas”, “armazéns de sementes camponesas” etc.
- A melhor defesa das sementes camponesas é a **estratégia ofensiva**: devemos agir para **denunciar e paralisar as ameaças à sociedade em seu conjunto, não somente**

aos camponeses, representadas pelas sementes híbridas e transgênicas, a erosão genética e a privatização e monopólio das sementes em mãos da indústria de sementes, agrotóxicos e engenharia genética. Devemos tornar pública a necessidade de sementes camponesas em face das mudanças climáticas, a crise alimentaria e o cuidado da Mãe Terra.

- Devemos também reconhecer que **com relação às sementes, não temos só direitos, temos também deveres**. Nesse sentido sugerimos elaborar algum tipo de protocolo ou carta do trabalho de nossa “ética” e de “compromisso” com as sementes.
- Devemos definir **possíveis aliados adicionais** para a Campanha.

Defendendo nossas Sementes na Luta Política

- É urgente dar publicidade, denunciar e lutar **contra a criminalização dos camponeses e camponesas** que usam e defendem suas sementes. Devemos dar visibilidade em nível internacional aos casos locais. Devemos fazer o mundo entender que estamos ante “uma guerra pelas sementes”, que do seu resultado depende a humanidade em seu conjunto, e que na primeira trincheira dessa guerra, defendendo os interesses de todos e todas, estamos as camponesas e os camponeses. Somos os camponeses que hoje enfrentamos prisão, ordens de apreensão e demandas legais pelo fato de utilizar e selecionar nossas próprias sementes.
- No mesmo sentido, devemos mostrar publicamente a **verdadeira irresponsabilidade e criminalidade que são a destruição e a privatização das sementes camponesas** e o favorecimento dos transgênicos, das sementes híbridas e o monopólio das corporações.
- É necessário **analisar as políticas e leis sobre sementes em cada país**. É provável que o trabalho de nossos aliados, como GRAINE ETC, possa nos ajudar com este tipo de inventário.

A Campanha deve **politizar os aspectos legais e desenvolver campanhas contra leis** locais, nacionais e internacionais que legalizam a privatização de nossas sementes e que permitem os transgênicos e outras tecnologias da indústria para manipular as sementes.

- Devemos realizar **campanhas educativas** dirigidas a funcionários públicos que possam simpatizar com o tema das sementes camponesas. Devemos mostrar a importância das sementes camponesas, dirigindo-nos para a **educação e a opinião pública**.
- Um forte eixo da Campanha deve ser a luta **contra os transgênicos, as sementes híbridas e em geral, contra a indústria** que manipula nossas sementes. Devemos esclarecer a ameaça que são estas tecnologias para nossos ecossistemas camponeses. E devemos nos organizar para eliminá-las de nossos campos.
- Devemos descriminalizar o **intercambio camponês de sementes**, e também poder transportar sementes a distintos países e promover seu intercâmbio de maneira responsável. **Devemos dar nome a esses tipos de intercâmbio de camponês a camponês, já que queremos evitar expressões como trânsito ou intercâmbio “livre”. A indústria sempre tirou proveito desta “liberdade” para se apropriar de nossas sementes**. Há um raciocínio similar quanto a nomear a Campanha Global, “Patrimônio de nossos povos ao Serviço da Humanidade” (no lugar de “patrimônio comum da humanidade” que foi interpretado como “patrimônio comum” pela indústria, legitimando o roubo dos bens comuns das comunidades indígenas e camponesas).
- **Já não podemos confiar nos centros de pesquisa, bancos e coleções públicas e privadas de sementes** porque aí a diversidade está em perigo: se encontra congelada no tempo, em vez de ser reproduzida o suficiente, e não é acessível à maioria dos camponeses. Hoje em dia as sequências genéticas das sementes estão sendo digitalizadas e arquivadas em

computadores. Através da digitalização, a indústria tenta fabricar plantas sintéticas. Em alguns casos isto levou inclusive a que os bancos de sementes se desfizessem de suas coleções de sementes vivas, como lixo. No entanto, sabemos que as únicas sementes capazes de alimentar a humanidade são as sementes reais. **Por isso devemos desenvolver uma campanha política em torno de vários aspectos dos bancos de sementes**.

- **Também devemos resgatar as sementes sequestradas nessas coleções e bancos**, onde se perdem por descuido e desuso, e/ou são roubadas e privatizadas pela indústria. Nós mesmos temos a responsabilidade de preservar estas sementes que são necessárias para nos alimentar hoje e alimentar a nossos filhos no futuro. Existem técnicas simples para preservar as sementes durante muitos anos em casas de sementes próximas aos campos. Estas devem ser administradas localmente por comunidades camponesas. **Devemos dar visibilidade a exemplos de sementes “liberadas” e administradas por camponeses e camponesas**, como o da ANAP (Via Campesina, Cuba).
- O Tratado de Sementes da ONU, no melhor dos casos, continua a ser ambíguo ao abandonar o respeito aos direitos camponeses de utilizar, guardar, intercambiar e vender nossas sementes, dando esta responsabilidade aos governos nacionais. No entanto, a maioria dos governos respeita os privilégios da propriedade industrial, não os dos camponeses. Por fim, **devemos exigir, de maneira urgente, a aprovação da Convenção de Direitos Camponeses na ONU** como instrumento não ambíguo sobre este tema.

Defendendo as Sementes através da Produção Camponesa de Sementes

- A primeira e mais urgente tarefa é **entrelaçar nossas experiências com sementes camponesas na Via Campesina, como rede**



A primeira e mais urgente tarefa é entrelaçar nossas experiências com sementes camponesas na Via Campesina, como rede interna para o intercâmbio de sementes, experiências, métodos, obstáculos e soluções, e para apoiarmo-nos mutuamente. Devemos organizar mais fóruns entre produtores camponeses de sementes.

Declaração de Shashe*

interna para o intercâmbio de sementes, experiências, métodos, obstáculos e soluções, e para apoiarmo-nos mutuamente.

- Devemos organizar mais fóruns entre produtores camponeses de sementes.
- Em cada país devemos **organizar o apoio prático, educativo e técnico a nossas bases para que plantem, de preferência, variedades de sementes camponesas, não variedades comerciais.** Isto inclui poder contar com sementes camponesas em quantidades suficientes.
- É necessário **resgatar, educar e desenvolver nossos próprios expertos camponeses e camponesas de sementes.** Isto inclui uma dimensão importante de resgate de conhecimentos camponeses sobre variedades e sua seleção.
- Devemos detectar e **fazer um inventário das necessidades dos membros de cada organização quanto a sementes camponesas,** nos organizar dentro das organizações para **multiplicar e distribuir sementes de acordo com** as necessidades.
- Podemos fazer campanha nos países com as e os camponeses para que **cada um se comprometa a recuperar e reproduzir uma variedade de semente em perigo de ser perdida,** e dar um reconhecimento comunitário por este esforço.
- É urgente **iniciar o trabalho de documentar e sistematizar nossas experiências dentro da Via Campesina com sementes camponesas e socializar as aprendizagens na forma de educação popular com as organizações membras.** Uma ideia é criar material de vídeo e material escrito que seja acessível a todos e todas.
- Devemos **promover as feiras camponesas** e mercados locais de sementes, que devem ser manejados por camponeses e camponesas, além de respeitar seus direitos coletivos às sementes.
- Devemos também **fomentar as casas locais de sementes, manejadas pelas próprias organizações camponesas.**
- Devemos socializar **técnicas/métodos camponeses para selecionar, cuidar**

e desenvolver nossas variedades de sementes de maneira descentralizada.

Finalmente, devemos recordar que as sementes representam tanto o passado e a história dos povos camponeses e indígenas, como seu presente, e que, além disso, constituem a esperança da humanidade frente a um mundo e clima que estão mudando. É nosso dever sagrado ante toda a Sociedade e a Mãe Terra continuar cuidando, defendendo, desenvolvendo e partilhando nossas sementes.



*1º Encontro de Formadores em Agroecologia da Região África 1 da “La Via Campesina” De 12 a 20 de Junho de 2011.

Somos 47 pessoas oriundas de 22 organizações e de 18 países (Zimbabwe, Moçambique, República Democrática do Congo, Ruanda, Angola, Uganda, Tanzânia, Quênia, Zâmbia, África do Sul, República Centro-africana, Brasil, México, Indonésia, Portugal, EUA, França, e Alemanha). Somos camponeses e funcionários que representam organizações membro da “La Via Campesina”, e aliados de outras organizações e redes de camponeses, ONG’s, académicos, investigadores, interpretes, entre outros.

Reunimo-nos no centro endógeno de formação para o desenvolvimento, na província de Masvingo, Zimbabwe, para planejar a promoção da agroecologia na nossa região (sul, leste e central de África). Aqui tivemos o privilégio de testemunhar em primeira mão a combinação conseguida de uma reforma agrária com agricultura orgânica e agroecologia levadas a cabo por famílias camponesas de pequena dimensão.

Naquilo que eram 3 latifúndios de pecuária onde se criavam 800 cabeças de gado e não se produziam cereais nem outras culturas, hoje em dia ai existem mais de 365 famílias camponesas, com mais de 3.400 cabeças de gado, que também produzem em media 1 a 2 toneladas de cereais por família, e legumes, para além de outros produtos, utilizando, em muitos casos, métodos agroecológicos e sementes camponesas locais. Esta experiencia reforça o nosso compromisso e a nossa fe em relacao a agroecologia e a reforma agrária como pilares fundamentais da construção da soberania alimentar.

Ameaças e desafios feitos a agricultura dos pequenos camponeses e a soberania alimentar
A nossa região de África esta a enfrentar desafios e ameaças que reduzem a segurança alimentar e o bem-estar das nossas comunidades, deslocam os pequenos camponeses e danificam as suas vidas, reduzem a

nossa capacidade colectiva em alimentar as nossas nações e provocam graves danos no solo, no ambiente e na Terra Mãe.

Incluem manifestações locais e globais das crises dos preços alimentares e climática produzidas por políticas neoliberais desenfreadas e a avaria e sede de lucro das corporações transnacionais (TNC's). As importações de alimentos baratos e subsidiados trazidos pelas TNC's, possíveis graças aos acordos de comércio livre, baixam os preços aos quais vendemos os produtos das nossas quintas e obrigam as famílias a abandonar a agricultura e migrar para as cidades, enquanto reduzem as produções local e nacional de alimentos. Os investidores estrangeiros, convidados por alguns dos nossos governos fracos e corruptos, açambarcam as melhores terras aráveis, tiram a produção de alimentos das mãos dos pequenos camponeses e reorientam essas terras em direcção a projectos com consequências ambientais danosas, tais como a exploração mineira, as plantações de agrocombustíveis que alimentam os automóveis em vez de alimentar as pessoas ou ainda a produção de matérias agrícolas destinadas a exportação. Não só as práticas agrícolas impedem os nossos países de atingir a soberania alimentar como também apenas enriquecem uma pequena minoria da população.

Simultaneamente, os países desenvolvidos continuam a emitir, sem recuo, gases com efeito de estufa e a poluir o ar. Do seu lado, as empresas mundiais de produção alimentar, com o seu sistema agroindustrial baseado na utilização de transportes a longa distancia e no acesso a recursos baratos contribuem directamente para a mudança do clima do planeta, tornando vida dos pequenos camponeses no mundo inteiro mais difícil. A água torna-se cada vez mais rara e as nossas terras tornam-se cada vez mais áridas. Confrontamo-nos com o aumento de temperaturas bem como com a sucessão ainda mais frequente de condições meteorológicas extremas, tais como tempestades violentas, inundações e secas. As datas de início e término das estações de chuvas tornaram-se completamente imprevisíveis, o que faz com que ninguém mais saiba quando deve começar a plantar. A mudança do clima também implica epidemias de doenças transmissíveis nos humanos, nas

plantas e nos animais. Isto tudo afecta negativamente as famílias camponesas e sua produção alimentar.

Confrontamo-nos com as transnacionais e que querem, seja por acções de lobbies/advogacias ou por artimanhas, impor a utilização de organismos geneticamente modificados (OGM) nos países onde a sua utilização não é permitida. Devemos, igualmente, fazer face as organizações internacionais como a AGRA (Aliança para a Revolução Verde em África) que colaboram estreitamente com as multinacionais como a Cargill e a Monsanto bem como com os governos para privatizar as instituições públicas de pesquisa agrícola e de sementes e substituí-las por estruturas que promovam a utilização de sementes geneticamente modificadas. Essas sementes perigam a integridade genética das nossas variedades locais e a saúde dos nossos consumidores. Essas mesmas empresas chegam a manipular as organizações regionais de camponeses para promoverem a utilização das OGM's. Apelamos a essas organizações regionais para que resistam a esta instrumentalização.

Enquanto os nossos solos, os nossos ecossistemas agrícolas e as nossas florestas são cada vez mais degradados pela agricultura industrial e pelas plantações, as nossas sementes e biodiversidade locais se perdem, os custos da produção agrícola no quadro da chamada «Revolução Verde» explodem, longe do alcance dos pequenos camponeses. Deste modo, os preços dos adubos químicos no mercado mundial aumentou em 300% nos últimos anos.

Face a esta situação inquietantemente para a classe dos pequenos camponeses e para a soberania alimentar nas nossas regiões, enquanto membros de La Via Campesina, adoptamos as seguintes posições:

Posições da Via Campesina em África 1

Acreditamos que:

- A agricultura agroecológica, tal como é praticada pelos pequenos camponeses bem como as políticas a favor da Soberania Alimentar são as únicas soluções reais e eficazes para responder aos múltiplos desafios com os quais as nossas regiões se confrontam.



- Apenas os métodos agroecológicos (também chamados agricultura sustentável/durável, biológica, ecológica, etc.) podem restaurar a qualidade dos solos e dos ecossistemas agrícolas que foram degradados pela agricultura industrial.
- Nos solos degradados, após um certo ponto/nível de degradação, os adubos químicos não são mais eficazes. Pelo contrario, com a agroecologia podemos restaurar a fertilidade do solo e do tapete orgânico, bem como repor o processo funcional dos ecossistemas agrícolas e as diversas contribuições por eles prestados como por exemplo a reciclagem de elementos nutritivos, a microbiologia dos solos, a luta antiparasitaria natural, etc. Foi-nos possível constatar que os sistemas agroecológicos dos

pequenos camponeses dispõem totalmente duma produção claramente superior a das monoculturas industriais. Essas culturas utilizam muito pouco, por vezes nenhum, insumo comercial, o que reduz a dependência dos camponeses e aumenta a sua autonomia. Em simultâneo, os pequenos camponeses garantem a saúde e o bem-estar das famílias rurais produzindo alimentos saudáveis e em abundância para alimentar a população. Um inquérito científico de âmbito internacional levado a cabo pela Via Campesina prova que *a agricultura sustentável/durável pode alimentar o mundo*, tendo como base os saberes endógenos e as práticas agroecológicas.

- O actual sistema alimentar mundial é responsável por quase 40 a 51 % das

emissões mundiais de gases com efeito de estufa. A quase totalidade destas emissões poderia ser eliminada se transformasse o sistema alimentar mundial de acordo com os princípios agroecológicos, da reforma agrária e da soberania alimentar. *A agricultura camponesa sustentável refresca o planeta*, e esta é a nossa melhor solução para lutar contra as mudanças climáticas.

- Para adaptarmo-nos às mudanças climáticas, devemos contar com os sistemas agroecológicos diversificados e resistentes às transformações ambientais (bem como recorrer a métodos de conservação de recursos de água, da gestão sustentável das sementes, dos lençóis freáticos, das florestas, da camada vegetal, etc.) Devemos igualmente preservar a diversidade genética das sementes locais dos camponeses e dos seus sistemas de gestão das mesmas. Exigimos que os nossos governos retirem o seu apoio à indústria comercial de sementes que promove sementes padrão e muitas vezes geneticamente modificadas. Pedimos-lhes, pelo contrário, que apoiem os sistemas camponeses de gestão de sementes baseados na salvaguarda, no armazenamento, na multiplicação, na selecção e na troca de sementes ao nível local.
- Os nossos sistemas nacionais de educação e de pesquisa são fortemente deformados a favor de procedimentos agrícolas que destroem o nosso planeta e contribuem à incapacidade dos africanos de se auto alimentarem. Exigimos a reorientação da pesquisa para métodos que se apoiem nos saberes dos camponeses e sobre a agroecologia. Exigimos também que os manuais de formação utilizados actualmente nas escolas, quer seja no nível primário, secundário ou universitário, dediquem mais espaço a práticas e princípios agroecológicos.
- Pedimos que se acabe com a liberalização de trocas comerciais e uma melhor protecção dos mercados domésticos/locais contra as práticas de *dumping* e de importações subvencionadas não controladas que



Os produtores de alimentos africanos devem ser capazes de obter preços justos para os seus produtos para que possam desenvolver a sua produção, ganhar decentemente as suas vidas e alimentar a população. Pedimos aos governos que implementem programas adequados, que apoiem a agricultura agroecológica praticada pelo pequeno campesinato e para a reconstrução da soberania alimentar.

destroem os mercados locais. Os produtores de alimentos africanos devem ser capazes de obter preços justos para os seus produtos para que possam desenvolver a sua produção, ganhar decentemente as suas vidas e alimentar a população. Pedimos aos governos que implementem programas adequados, que apoiem a agricultura agroecológica praticada pelo pequeno campesinato e para a reconstrução da soberania alimentar. Esses programas devem incluir uma verdadeira Reforma Agrária e a defesa das terras dos camponeses contra a usurpação. Elas devem reorientar as compras públicas de alimentos praticadas pelos governos: os alimentos servidos em instituições públicas como cantinas, hospitais e escolas não podem mais ser comprados nos agentes dos agro-negócios, mas sim junto dos pequenos produtores de alimentos ecológicos e saudáveis. Isto fará com que os pequenos agricultores se beneficiem dos efeitos comerciais positivos e dos rendimentos, garantindo sempre uma alimentação saudável para os nossos filhos, para os doentes e para os agentes públicos. As instituições financeiras nacionais devem igualmente desenvolver sistemas adaptados de linhas de crédito a favor dos pequenos camponeses engajados nas práticas de agricultura ecológica, ao em vez de subsidiar os adubos químicos e pesticidas.

- Aquando da Conferência sobre o Clima COP-16 em Cancun, México, os governos de todo o mundo (excepto Bolívia) reuniram-se para fazer contactos com as multinacionais que propõem falsas soluções ao problema das mudanças climáticas. Essas empresas transnacionais querem nos fazer acreditar que os agrocombustíveis, as OGM's, os mercados de emissão de carbono, REDD+, etc. são soluções para lutar contra as mudanças climáticas. Melhor seria que os governos se reunissem para tomar medidas a serem implementadas para contrariar de forma séria e prática o aquecimento global, por exemplo,

através da redução das emissões dos países desenvolvidos bem como a transformação do nosso sistema de alimentação, de transporte e consumo de energia a escala mundial, etc.

- Exigimos que os nossos governos ajam de forma mais responsável durante a conferência COP-17 em Durban, na África do Sul, e que se recusem a assinar os acordos impostos pelos países do norte e pelas multinacionais. Deveriam, isso sim, apoiar os princípios de Cochabamba sobre o clima e sobre os direitos da Mãe Terra.

Os Compromissos da Via Campesina

Vamos continuar a pressionar os nossos governos para que apliquem as recomendações acima alistadas, mas não ficaremos à espera que eles se decidam em agir por nós. Ao que nos diz respeito, estamos determinados a fazer avançar a agroecologia e a Soberania Alimentar seguindo as seguintes etapas:

- Vamos implementar estruturas organizacionais da Via Campesina ao nível regional de forma a apoiar os trabalhos das nossas organizações membros na promoção da agroecologia no seio das suas famílias e de seus membros. Isso inclui programas de formação regionais, visitas de trocas de experiências, produção e partilha de suportes pedagógicos, identificação e publicação de relatórios que apresentem exemplos de sucesso nas diferentes regiões para que cada um possa aprender e tirar proveito das boas práticas dos outros. Vamos criar uma rede de camponeses formadores e promotores em agroecologia provenientes da equipa da Via Campesina e de cada uma das nossas regiões.
- Vamos promover a elaboração de programas de formação em agroecologia no seio das redes de camponeses para camponeses e de comunidades para comunidades.
- Por via das nossas próprias organizações, vamos promover a criação e reforço de sistemas locais de sementes dos camponeses.
- Vamos documentar as experiências locais no

Zimbabwe no âmbito da reforma agrária, e de agricultura biológica praticada pelas famílias após lhes terem sido atribuídas as terras então reivindicadas. Documentaremos e publicaremos igualmente exemplos de sucesso na luta a favor da soberania alimentar nos diferentes países para que possamos aprender e ser inspirados por esses sucessos.

- Vamo-nos mobilizar para que, nas regiões que controlamos, “o CO2 seja retido pelo solo e pelas árvores” através de práticas agroflorestais, da plantação de árvores, da agroecologia, das economias de energia, as energias naturais não poluentes, etc. Vamos igualmente lutar contra o usurpação das terras pelas indústrias mineiras e de extração e contra as plantações e monoculturas agroindustriais.
- Vamos enfrentar e pressionar os governos a todos os níveis (local, tradicional, provincial, nacional e regional) para que estes adotem políticas públicas a favor da agroecologia e da soberania alimentar.
- Nos, os pequenos camponeses, vamo-nos unir para fazer ouvir a nossa voz com força e coerência—juntamente com os outros sectores da sociedade civil, durante a conferência COP-17 em Durban (África do Sul) bem como durante a conferência Rio +20 no Brasil. Faremos ouvir com clareza a nossa mensagem que diz que nos opomos as falsas soluções propostas para lutar contra as mudanças climáticas e que exigimos a adopção dos princípios da Cochabamba.
- Vamos insistir no facto da agricultura sustentável praticada pelos pequenos camponeses bem como o desenvolvimento da soberania alimentar serem as duas soluções principais ao desafio urgente imposto pelas mudanças climáticas.

Africanos! Nos podemos auto-alimentar-nos através da prática da agroecologia e atingindo a soberania alimentar!

A agricultura sustentável praticada pelos pequenos camponeses pode arrefecer o planeta!

*Não ao sistema comercial industrial! Não aos OGM!
Não ao usurpação das terras!
Sim a reforma agrária! Sim a um sistema alimentar agroecológico!
Globalizemos a luta! Globalizemos a esperança!*

Distrito de Masvingo, Zimbabwe, 20 de Junho de 2011

Declaração final Encontro Formação de Formadores em Agroecologia*

La Vía Campesina África. Região 2



*Emitida em Techiman em 10 de setembro de 2011.

Somos mais de trinta (30) pequenos agricultores, mulheres e homens, trabalhando na terra e no mar, vindos de 7 organizações de agricultores da Região 2 da África de La Vía Campesina, representando milhões de famílias camponesas de Moçambique, do Sri Lanka e México. Hospedados por ECASARD em Techiman, no Ghana de 5 a 11 de setembro de 2011 para um treinamento político em agroecologia. Nos reunimos para reafirmar:

- Nosso compromisso para defender a agricultura familiar baseada na agroecologia e soberania alimentar.
- Nosso direito de manter e defender nossa própria identidade, nossos conhecimentos e práticas seculares como agricultores homens e mulheres em perfeita harmonia com nosso meio ambiente que é tanto natural quanto social.

- Nossa convicção é que as práticas de agroecologia adotadas localmente são aplicáveis em todos os lugares por respeitarem o ecossistema e ser fundamental para esfriar o planeta e garantir um futuro para as próximas gerações.
- Nossa oposição às «falsas soluções»: os agrocombustíveis, os transgênicos e plantas mutantes, crédito carbono, o REDD+ porque agroecologia é a única alternativa saudável e sustentável.
- Nossa perseverança de lutar contra o confisco das multinacionais sobre a vida, sua boa vontade especulativa para desenvolver somente cultivos comerciais em nossos países e que está matando as famílias e os cultivos agrícolas, e isso, na maioria das vezes, em cumplicidade com nossos países, elites, doadores e algumas ONGs.
- Nossa força para parar qualquer acaparamento

de terras e se envolver em reforma agrária em favor das famílias agricultoras.

- Nossa capacidade já em andamento com milhões de agricultoras e agricultores através das organizações de La Vía Campesina de colocar as práticas da agroecologia a serviço da humanidade.
- Nossa boa vontade de fortalecer e desenvolver uma rede agroecológica e de soberania alimentar.

Nós, representantes do continente africano, nos comprometemos a agir em todos os níveis para promover agroecologia, prática fundamental para nossa agricultura camponesa, aquela que alimenta e que vai alimentar as próximas gerações.

É por isso que, nós, membros de La Vía Campesina, estamos mobilizados agricultor-para-agricultor, comunidade-para-comunidade, órgão-eleito-para-órgão-eleito, governo após governo, instituição após instituição, onde quer que seja, para um outro mundo para hoje e amanhã.

Nos comprometemos a:

- Não mais comprar produtos químicos, sementes comerciais... qualquer alienação que nos faça perder nossa autonomia, nosso conhecimento e nossa dignidade.
- Cultivar produtos que são saudáveis para nossa natureza e corpo para alimentar nossas famílias ao invés dos mercados.
- Lutar coletivamente para valorizar nossos direitos para um mundo justo e igual.

Galvanizamos nossos governos e as instituições de decisão da sub-região para colocar políticas agrícolas nas políticas públicas:

- Para que a agricultura familiar e agroecologia seja o centro de suas preocupações e programas.
- Para estabelecer condições justas e iguais para agricultoras e agricultores para acesso à terra, água, fontes naturais e que eles sejam protegidos.
- Para criar um quadro favorável para preservar, multiplicar e disseminar as variedades locais de

sementes.

- Para apoiar e promover produções de agroecologia por tornar a produção, processamento e mercado locais.
- Para apoiar o aumento de consciência, informação e o treinamento em agroecologia para e pelos agricultores e, particularmente, dar um futuro para a juventude.
- Para implementar reformas internacionais como IRCCARD, o direito à alimentação, o respeito aos direitos humanos e os direitos dos agricultores (TIPAAR).
- Para apoiar as diretrizes da FAO em fontes naturais e posse de terra como defendida pela sociedade civil e que se opõe aos investimentos propostos pelos investidores e apoiado pelo Banco Mundial.
- Não deixar nos enganar e corromper pelas falsas soluções propostas por diferentes instituições como o Banco Mundial.
- Proteger fortemente a agricultura no nível de fronteiras e tirar a agricultura da OMC.
- Consolidar e fortalecer alianças.

Para sair das crises perpetradas pelo capitalismo e o sistema neoliberal:

- que está fazendo a população mundial ter fome todos os dias e particularmente nas comunidades agrícolas.
- que está poluindo o solo, terra, ar, água e nos deixando doentes.
- que está, a cada dia, acaparando nossas terras, fontes naturais, nosso conhecimento e culturas.
- que está, a cada dia, tornando somente algumas pessoas mais ricas.
- que está, a cada dia, dificultando nossos direitos e liberdades fundamentais.
- que está, a cada dia, ameaçando nossa coesão social, nossa soberania.

Nós, membros de La Vía Campesina, vamos reunir nossas forças, capacidades e conhecimentos para transformar essa sociedade pela prática da agroecologia no contexto da soberania alimentar, mobilizando cada agricultor que tem seus direitos negligenciados, apoiando cada organização agrícola permanentemente abalada, apelando aos políticos para



que façam políticas públicas tendo como objetivo as comunidades agrícolas, a agroecologia, a realocização das produções, terras, água e a redistribuição das fontes naturais...

Nós, mais de 200 milhões de agricultores de La Vía Campesina, somos uma força de transformação no planeta todo, rico em nossos conhecimentos e culturas e estaremos prontos a qualquer momento que surgir a necessidade.

Nossa vigilância é estar constantemente em alerta e sempre que pudermos agir, fazer pressão; não vamos deixar de fazê-lo. Iremos colocar nossas ideias constantemente em prática para fortalecer e desenvolver nossa rede e sempre contribuir para um futuro melhor para todos.

Com a perspectiva do encontro sobre mudanças climáticas em DURBAN, em dezembro de 2011, denunciemos as manobras do Banco Mundial que pretende enganar as lideranças africanas sobre «soluções falsas» como créditos de carbono.

Nós, ECASARD-Gana, CNOP-Mali, CTOP-Togo, CNCR-Senegal, PFP-Niger, CNOP-Congo Brazzaville, ROPPA-Guiné Bissau, UNAC-Moçambique, organizações camponesas de La Vía Campesina convocamos todos os líderes africanos a não assinar «as soluções falsas» da 17a. Conferência das Partes (COP 17) das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (UNFCCC) que irá acontecer em Durban, na África do Sul de 28 de novembro a 9 de dezembro de 2011.

Esse processo iniciado pelo Banco Mundial, governos corruptos e elites, as multinacionais, que estão propondo estratégias de desenvolvimento para lutar contra a mudança climática sobre o interesse do planeta e populações, particularmente agricultores e comunidades indígenas.

Ao invés disso, convocamos todos os líderes africanos a promover e desenvolver a agroecologia, defendida e praticada por La Vía Campesina, tê-la no centro de suas preocupações para alimentar e esfriar o planeta para o bem geral. As práticas de agroecologia e agro-florestamento favorecem e amplificam a luta contra o aquecimento global porque agroecologia

é ambientalmente e economicamente sustentável e socialmente e culturalmente aceitável e justa.

La Via Campesina estará presente e terá o que dizer em Durban.

O mundo não é mercadoria.

Agroecologia não está à venda.

Pare com o acaparamento de terras.

Os agricultores alimentam o mundo e esfriam o planeta com agroecologia.

Globalizemos a luta, globalizemos a esperança.

Nosotros, más de 200 millones de agricultores de La Vía Campesina, somos una fuerza de transformación en todo el planeta, ricos en nuestra cultura y en el saber-hacer

*Declaração Final do II Encontro Continental de Formadoras y Formadores Agroecológicos**



* Chimaltenango, Guatemala 2011.

O mundo se encontra envolvido em múltiplas crises geradas pela codícia inerente ao sistema capitalista, caracterizado pela dominação do capital sobre a produção dos bens da natureza. Entre elas a Crise Alimentar e a Crise Climática. O fato de que o número de pessoas famintas no mundo tenha crescido de 800 milhões a 1 bilhão nos últimos anos, aliado à terrível escassez de alimentos na Somália, mostra que o sistema alimentar dominante das corporações é incapaz de alimentar o mundo, uma vez que as emissões de gases de efeito estufa produzidos pelo mesmo modelo esquentam o planeta e causam danos à Mãe Terra.

O capital, representado pelas corporações, pelos meios de comunicação, educação formal, as transnacionais, o latifúndio e o agronegócio atualmente vem mudado seu discurso se apropriando de termos e concepções construídas ao longo da história pelos povos.

A Via Campesina, por outro lado, tem a proposta da agricultura agroecológica, camponesa, indígena, comunitária que se apresenta como pilar fundamental na construção da soberania alimentar. Este modelo de agricultura produz alimentos saudáveis, baseados na diversificação de cultivos, em novas relações entre homens, mulheres e a natureza, na eliminação do uso de agrotóxicos, de transgênicos e a dependência do capital.

Devemos proteger nossos saberes das empresas, que a tudo converte em mercadoria, para que não se apropriem nem roubem nossos conceitos e os utilizem como produtos privados a serviço da lógica capitalista. Hoje em dia enfrentamos uma conjuntura onde o Banco Mundial, os maus governos e as empresas transnacionais querem nos roubar o conceito da agroecologia através do processo da COP-17 em Durban e Rio +20 para justificar o engano dos mercados de carbono do solo. Frente a isso, afirmamos



que *A Agroecologia é Nossa e Não Está em Venda*.

A Agricultura camponesa é parte do processo de transformação estrutural da sociedade e enfrentamento às crises, por tanto aqui reafirmamos que *A Agroecologia Indígena e Campesina Alimenta o Mundo e Esfria o Planeta*.

A Via Campesina vem realizando vários encontros regionais e continentais onde vimos aprofundando o debate sobre nossa visão de mundo e sobre o modelo de produção camponesa agroecológico em distintos espaços de reflexão e discussão.

Em agosto de 2009, se realizou o Primeiro Encontro Continental de Formadores y Formadoras em Agroecologia, no Instituto Agroecológico Latinoamericano (IALA) Paulo Freire em Barinas (Venezuela); em maio de 2010, o Encontro Asiático de Agroecologia, em Colombo (Sri Lanka); em junho de 2011, o Encontro de Formadores e Formadoras em Agroecologia da Região Africana em Masvingo (Zimbabwe).

Assim, temos desenvolvido um processo de aproximação ao conceito de agroecologia, que nos tem permitido fortalecer as bases que orientam a construção dos processos aos quais as organizações da Via Campesina estão envolvidas. Recordamos que o 1o. Encontro das Américas afirmou que a Agroecologia:

- “É necessária para que os povos garantam a soberania alimentar e energética para a emancipação humana, ademais, a

agroecologia é vital para o avanço da luta dos povos para a construção de uma sociedade onde não exista propriedade privada dos meios de produção e dos bens naturais, sem nenhum tipo de opressão e exploração, cujo fim não é a acumulação”.

- “Deve ser massiva e internacional, por isso os conhecimentos acumulados pelos povos, devem contribuir para o desenvolvimento de novas formas produtivas da natureza e do trabalho humano, para que tenhamos tempo e condições de organizar todas as outras dimensões de nossas vidas, ou seja, nossas lutas, comunidades, cultura, estudo, festas, entre outras”.
- “Inclui o cuidado e a defesa da vida, a produção de alimentos, de consciência política e organizativa, avançando nos processos de cooperação, para a transformação, agroindústria, intercâmbio e destino dos frutos de nosso trabalho, promovendo uma aliança entre os povos da cidade e do campo”.

Este 1o. Encontro também indicou que no Segundo Encontro deveríamos aprofundar o diálogo de saberes entre o materialismo histórico e as cosmovisões indígenas e camponesas, assunto que efetivamente retomamos aqui.

No marco do II Encontro Continental de Formadoras

e formadores em Agroecologia, realizado entre os dias 28 de julho e 03 de agosto de 2011, em Chimaltenango, Guatemala, nós, camponeses e camponesas, indígenas e afrodescendentes, representantes de 49 organizações de 20 países, reafirmamos nosso compromisso na construção e defesa da Agroecologia.

Denunciamos o modo de produção capitalista e suas expressões de dominação como o agronegócio e a exploração mineira, com sua apropriação e reconcentração de terras e água, o despejo e criminalização das organizações e as famílias camponesas e indígenas, a super exploração da força de trabalho e os bens da natureza. A imposição de um modelo de produção baseado no monocultivo, na diminuição da biodiversidade, no uso de agrotóxicos, de transgênicos e o patenteamento do patrimônio cultural dos povos (as sementes, o conhecimento, as tecnologias, as práticas).

Defendemos a Reforma Agrária Integral Popular como parte da construção da Soberania Alimentar, a autonomia e auto determinação dos pueblos. O direito a decidir suas próprias políticas agropecuárias, desenvolver novas relações e valores entre homens, mulheres e entre estes com a natureza.

Acreditamos na Agroecologia como uma ferramenta na construção de outra maneira de produzir e reproduzir a vida. É parte de um projeto socialista, uma aliança entre os trabalhadores e as organizações populares do campo e da cidade. Deve promover o desenvolvimento integral dos trabalhadores,

Afirmamos que a Agroecologia se fundamenta nos saberes e práticas ancestrais, que constrói o conhecimento a partir do diálogo e o respeito às diferentes visões e processos, do intercâmbio de experiências e utiliza tecnologias apropriadas à produção de alimentos saudáveis que atendam às necessidades da humanidade, em harmonia com a Mãe Terra.



Propuesta de texto de posicionamiento sobre agroecología de la ECVC*

camponeses, indígenas e afrodescendentes. É impossível a coexistência da Agroecologia no marco do sistema capitalista.

Afirmamos que a Agroecologia se fundamenta nos saberes e práticas ancestrais, que constrói o conhecimento a partir do diálogo e o respeito às diferentes visões e processos, do intercâmbio de experiências e utiliza tecnologias apropriadas à produção de alimentos saudáveis que atendam às necessidades da humanidade, em harmonia com a Pacha Mama (Mãe Terra).

Nós, como Via Campesina, uma articulação de movimentos e organizações, pluricultural, reconhecemos e fortalecemos o intercâmbio das experiências e saberes entre camponeses, camponesas, indígenas e afrodescendentes, difundidas e multiplicadas nos diferentes espaços de formação e educação, exercitados nos Programas de Camponês a Camponês, nas Escolas Camponesas, Escolas de Educação Formal e Educação Aberta e nos Processos Comunitários e Territoriais.

Reconhecemos o fato de realizar este encontro em um território Maya, onde se iniciou um dos métodos que temos construído de camponês a camponês, que busca a unidade, não tem fronteiras, é horizontal e integral.

Compreendemos que não há uma homogeneização

dos métodos, senão princípios que nos unificam na construção da Agroecologia, tais como organizar, formar e mobilizar.

A cosmovisão, em nossa busca por compreender o mundo, em sua relação com o tempo, com as energias criadoras e formadoras, e com a memória histórica (da agricultura, os territórios, a humanidade) está complementada por uma interpretação materialista histórica e dialética da realidade, e junto desta busca desenvolver o pensamento político ideológico para alcançar uma mudança estrutural da sociedade e assim a libertação e o bem viver dos nossos povos.

“Não queremos que mude o clima, exigimos que mude o sistema”

“A mãe terra não se compra nem se vende, se recupera e se defende”

“A Agroecologia e as Sementes são Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade”

“Globalizemos a Luta, Globalizemos a Esperança”.

CLOC – Via Campesina, Chimaltenango, Guatemala, 03 de agosto de 2011.

✎ *Estamos trabajando en la creación de sistemas de alimentación flexibles que proporcionan un alimento seguro y saludable para todos los pueblos de Europa, así como la preservación de la biodiversidad, los recursos naturales y el bienestar de los animales. Para esto, necesitamos modelos de producción y de pesca ecológicos y una multitud de pequeños agricultores, agricultores, jardineros y pescadores, la columna vertebral de la producción de alimentos, mediante la producción de un alimento local ...

Declaración de Nyéléni
Europa, 2011

A lo largo de su historia, el campesinado europeo ha mantenido un equilibrio en la relación entre los seres humanos y su medio ambiente, garantizando al mismo tiempo la capacidad de producir alimentos para todos. A pesar de los intentos de la agricultura industrial hegemónica, la agricultura campesina y biológica ha mantenido y desarrollado sus propias prácticas, incluyendo la agricultura mixta, la permacultura, biodinámica, la agrosilvicultura, las redes de suministro de semillas, etc. Al hacerlo, ha demostrado su capacidad para reinventarse constantemente y transmitir conocimientos innovadores en términos de prácticas culturales, económicas y sociales.

El desarrollo de circuitos cortos de producción y consumo, así como los “sistemas participativos de garantía” han permitido que este tipo de agricultura

haya mantenido una cierta autonomía de los circuitos largos y los supermercados.

En la negación de una relación de explotación de la naturaleza y de los seres humanos, los campesinos mantienen una armonía, un respeto por la vida y las relaciones de solidaridad.

Tanto dentro de los miembros europeos de La Vía Campesina como con nuestros aliados en Europa, hay una gran variedad de sistemas de cultivo alternativos a la agricultura industrial, los cuales comparten principios comunes.

La agroecología tiene un nuevo enfoque altamente complementario con nuestra defensa de la agricultura campesina y ecológica. Por ello, los defensores de la agroecología son los campesinos y pequeños agricultores, quienes históricamente han sido capaces de mantener la sostenibilidad de los agroecosistemas.

Agroecología, sus principios y dimensiones

Según lo definido por la Declaración de Nyéléni (2007), “la soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos, con respeto a los cultivos producidos con métodos sostenibles y amigables con el medio ambiente, así como su derecho a definir su propio sistema alimentario y agrícola”.

La agroecología es entendida por los movimientos sociales de forma complementaria e inseparable de la soberanía alimentaria que queremos construir.

Agroecología, multidimensional e integral, es una herramienta de transformación social con la cual se restaura el papel central del campesinado. Este cambio es especialmente necesario en Europa, pues los agricultores y campesinos se han convertido en una minoría de la sociedad.

La agroecología se basa en principios que se organizan en torno a tres dimensiones: agronómica, socioeconómica y finalmente sociocultural y política.

Dimensión agrícola

La agroecología no ofrece recetas ya hechas. Se basa en prácticas culturales arraigadas en los territorios y sobre la base de conocimiento y el *know-how* (saber-hacer). Su objetivo es garantizar la sostenibilidad de los ecosistemas, la producción de alimentos y sus habitantes, lo que significa el mantenimiento y la ejecución de la biodiversidad del suelo, agua, animales y plantas. Ella es también una manera de ir hacia la tecnología y la soberanía energética.

Dimensión socioeconómica

Teniendo en cuenta todo el sistema alimentario, frente a los callejones sin salida a que conduce el sistema neoliberal global, las propuestas de la agroecología ayudan a reconstruir el sector agrícola, al tiempo de promover actividades complementarias emergentes: procesamiento, artesanías y la aparición de nuevas formas de distribución.

La agroecología genera, asimismo, mejores condiciones laborales para las mujeres en el campo. Antes, siempre huían de las fincas de la agricultura industrial, debido al trabajo repetitivo, mal pagado, devaluado o de tipo administrativo. En la agroecología, la mecanización ya no tiene un lugar central en el sistema



En Europa, el concepto “agroecología” es usado a menudo por el mundo científico para modelar las técnicas de cultivo ecológicas de la agroindustria destructiva y darle así legitimidad a la llamada economía “verde”. Por ello, nos oponemos a cualquier forma de capitalismo verde y cualquier forma de mercantilización de la naturaleza. Pero también es necesario hoy día que La Vía Campesina, que promueve la agroecología en todo el mundo, proponga una definición bajo la cual alinear nuestros diseños y oponerse a los intentos de reducir estas prácticas a su significado puramente agrícola

de producción y procesamiento de alimentos, y con a través de la comercialización directa el campesinado encuentra el sentido pleno de su profesión, y el respeto y la dignidad que vienen con él.

La agroecología crea también condiciones que favorecen el retorno de las personas jóvenes a la tierra y la aparición de otro tipo de relación generacional entre hombres y mujeres. Este enfoque permite finalmente repensar la relación entre las zonas rurales y urbanas.

Dimensión sociocultural y política

La agroecología favorece la aparición y expresión de la diversidad cultural. La agroecología es portadora de la dignidad, la justicia social y la solidaridad. Se restaura el valor de todos y cada uno, para hacer frente a los valores de la competencia.

Los métodos participativos de la agroecología promueven formas de acción colectiva que inciden la toma de decisiones. El cuestionamiento de la dominación política, económica, ideológica y patriarcal, en relación con los movimientos sociales, es parte integral del proyecto de la agroecología. Por ello, contribuye a una cultura de paz.

Investigación y agroecología

Para La Vía Campesina es un reto el intento de apropiación del concepto de agroecología por parte de algunos científicos, quienes intentan quitarle su contenido social y político. En Europa, el concepto “agroecología” es usado a menudo por el mundo científico para modelar las técnicas de cultivo ecológicas de la agroindustria destructiva y darle así legitimidad a la llamada economía “verde”.

Por ello, nos oponemos a cualquier forma de capitalismo verde y cualquier forma de mercantilización de la naturaleza. Pero también es necesario hoy día que La Vía Campesina, que promueve la agroecología en todo el mundo, proponga una definición bajo la cual alinear nuestros diseños y oponerse a los intentos de reducir estas prácticas a su significado puramente agrícola.

El conocimiento científico y el *saber-hacer* de los agricultores deben ser reconocidos. Esto implica un cuestionamiento fundamental de la metodología y los objetivos de la investigación actual. Los objetivos de

Las políticas agrícolas deben ser repensadas desde sus mismos cimientos y sobre la base de la agroecología, para alcanzar la soberanía alimentaria. Las políticas agrícolas deben centrarse en el empleo y los derechos de los trabajadores, en particular de los trabajadores migrantes. En este contexto, la agroecología debe ser promovida por las políticas agrícolas en todas sus dimensiones: agronómica, sociocultural, socioeconómica y política. Estas políticas, además, deben prestar especial atención a mujeres y jóvenes, e incluso con un derecho de acceso prioritario básico a la tierra y a los recursos naturales

la investigación no deben orientarse a la satisfacción de las demandas de la agroindustria, sino a las necesidades de los pueblos, con el fin de garantizar la soberanía alimentaria. En este sentido, ya hay muchas acciones de investigación participativa realizadas conjuntamente por científicos y campesinos. Estamos convencidos de que sólo una investigación pública, participativa y transdisciplinaria puede cumplir con el enfoque integral impulsado por la agroecología.

Políticas agrícolas y agroecología

La Política Agrícola Común (PAC) actual sólo es compatible con un modelo agroindustrial. Por eso su reforma es imposible. Por lo tanto, las políticas agrícolas deben ser repensadas desde sus mismos cimientos y sobre la base de la agroecología, para alcanzar la soberanía alimentaria.

La PAC debe centrarse en el empleo y los derechos de los trabajadores, en particular de los trabajadores migrantes.

En este contexto, la agroecología debe ser promovida por las políticas agrícolas en todas sus dimensiones: agronómica, sociocultural, socioeconómica y política. Estas políticas, además, deben prestar especial atención a mujeres y jóvenes, e incluso con un derecho de acceso prioritario básico a la tierra y a los recursos naturales.

Desafíos de las organizaciones en la implementación de la agroecología

Nos enfrentamos a dos desafíos importantes en las organizaciones. El primero de ellos se refiere a la comunicación en la agroecología, dentro de nuestras organizaciones.

El segundo desafío se refiere en la práctica a la comunicación entre las organizaciones de agricultores familiares y el resto de la sociedad.

Plan de trabajo

Con la soberanía alimentaria, la Coordinadora Europea de La Vía Campesina (ECVC) y La Vía Campesina están plenamente en una voluntad de transformación social. La agroecología, como se definió anteriormente, hace que el campesino y la campesina se conviertan en el corazón de esta transformación. Esta visión de la agroecología es amplia, se refiere a la agricultura familiar y a veces tiene diversos nombres, como la biodinámica orgánica y permacultura.

Las organizaciones miembros de La Vía Campesina contamos actualmente con diferentes niveles de comprensión del concepto de agroecología. Por ello, es necesario compartir las experiencias a fin de tener una visión más colectiva de la agroecología y de nuestra voluntad, así como de nuestra capacidad para llevar y defender el impulso en contra de quienes pretenden desviarnos. Esto requiere una profundización de

nuestro trabajo político interno.

En este contexto, la obra más importante a realizar en el ámbito de las organizaciones locales es educar a los miembros y activistas acerca de las perspectivas de la agroecología. Para apoyar este proceso en Europa y fomentar la participación de las organizaciones, sugerimos:

A) Concentrarse principalmente en intercambios internos y profundizar en lo que tenemos en común.

1. Difundir la posición del texto y el impulso del debate en las organizaciones.
2. Una puesta en común de experiencias y conocimientos, así como de políticas agrícolas o educativas.
3. Dar acceso a los documentos internos de nuestra organización a través de nuestra intranet.

B) Poner en práctica una estrategia de capacitación (intercambios entre agricultores) y prestar apoyo técnico a las organizaciones que quieren seguir el rumbo del intercambio. ~~eliminar~~

C) Proponer a la Asamblea General de la ECVC discutir un documento de posición sobre la agroecología.

D) Compartir la reflexión sobre agroecología con organizaciones aliadas.

Dicho plan de trabajo se desarrollará de acuerdo con la relevancia que las organizaciones dan a encontrar la agroecología y a tomar iniciativas en esa dirección. Muchas de ellas ya se han movido en ese rumbo mediante la formación práctica, los directorios, el intercambio de conocimientos y saberes, etc. Es deseable que los instrumentos de formación y las necesidades de información que identifiquemos sean compartidos.



Declaração de Surin*

Declaração de Surin

Primeiro Encontro Mundial sobre Agroecologia e Sementes Camponesas



*6 a 12 de
Novembro de 2012,
Surin, Tailândia.

Os delegados da Via Campesina Internacional, que representam as organizações membro regionais, encontram-se em Surin, província de Tailândia, na Ásia, para o primeiro encontro global sobre agroecologia e sementes. O principal objetivo é, para a Via Campesina, trocar experiências e construir uma estratégia e uma visão sobre agroecologia e sementes, e o entendimento holístico que ambos fazem parte da luta para atingir a soberania alimentar.

Para esta reunião, foi escolhida a Tailândia porque neste país há uma evolução crescente por parte dos pequenos camponeses para passar da revolução verde, baseada no modelo da agricultura industrial, para a agroecologia. A

presença dos delegados internacionais vai apoiar o desenvolvimento dos camponeses agroecológicos na Tailândia, que declara que “a sobrevivência dos pequenos camponeses e a sobrevivência da sociedade!”. Os delegados que participam neste encontro aprendem muito com esta experiência sobre como reforçar a agroecologia camponesa.

Após a partilha da experiência e dos pensamentos dos delegados e o debate sobre os desafios, estamos convencidos que a agroecologia e a pedra angular da soberania alimentar.

Não poderemos atingir a soberania alimentar se a agricultura depender dos insumos controlados pelas corporações, se o impacto da tecnologia destruir a Mãe Terra, se não desafiarmos a comercialização e a especulação sobre a alimentação e a terra, e se não assegurarmos





melhores níveis de vida para quem disponibiliza as nossas comunidades alimentação saudável e acessível.

Há uma infinidade de nomes para agricultura agroecologia pelo mundo inteiro e a Via Campesina não está preocupada por nomes nem rótulos, quer se trate de agroecologia, de agricultura orgânica, de agricultura natural, de agricultura sustentável com poucos insumos externos, ou outros, mas prefere especificar os princípios ecológicos, sociais e políticos chave que o movimento defende. Para a Via Campesina a verdadeira agricultura sustentável do camponês parte da recuperação dos métodos de agricultura tradicional dos camponeses a introdução de novas práticas ecológicas, o controlo e defesa dos territórios e sementes, e não esquecendo a igualdade social e do género. E nos damos as boas vindas aos agricultores convencionais para se aproximarem do nosso movimento.

E claro para nós que o sistema feudal de posse de

territorial não pode ser considerado agrogeológico embora não usem produtos químicos. Uma quinta que é controlada só por homens sem a participação nas decisões feita por mulheres ou se em geral o trabalho da mulher, também não é agrogeológico. A agricultura orgânica que substitui insumos químicos caros por insumos orgânicos igualmente caros sem alterar a estrutura do monocultivo não é agrogeológica, mesmo quando com os programas “orgânicos” neoliberais (como por exemplo o programa de “India Organics”) o que nos repudiamos vigorosamente.

A experiência vivida, e uma prática como reflexões da Via Campesina pelo menos nos últimos quatro anos, mostraram que a agroecologia é uma parte estratégica para a construção da soberania popular e alimentar.

Compreendemos também que é a própria agroecologia uma parte integrante da resposta às crises e aos grandes desafios globais como que a humanidade enfrenta.

Em primeiro lugar, a agricultura de pequena escala pode alimentar, e está alimentando a humanidade e pode mesmo enfrentar a crise alimentar através da agroecologia e da diversidade. Apesar do equívoco comum que os sistemas são mais produtivos do agronegócio, nós agora sabemos que os sistemas agrogeológicos podem produzir muito mais alimentos por hectare do que qualquer outra monocultura. Ao fazer alimentos mais saudáveis, mais nutritivos, e mais acessíveis diretamente aos consumidores.

Em segundo lugar, a agroecologia ajuda a enfrentar a crise ambiental. Agricultura camponesa com agroecologia e diversidade arrefece a terra, mantendo o carbono no solo e o fornecimento de mão de obra a agricultores familiares, com os recursos para resistir às alterações climáticas e os desastres naturais cada vez maiores. Agroecologia muda a energia dependente de petróleo e agricultura matriz, uma parte principal das mudanças sistêmicas necessárias para impedir as emissões.

Terceiro, agroecologia suporta o bem comum e coletivo. Enquanto isso cria as condições para melhores condições de vida para a população rural e urbana, agroecologia, como um pilar de alimentos e soberania popular, estabelece que a terra, água, sementes e conhecimento são valorizadas e permanecer como um patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Através agroecologia que irá transformar o modelo de produção hegemônico alimentar; permitindo a recuperação do ecossistema agrícola, restabelecendo o funcionamento do metabolismo natureza sociedade, e colheita dos produtos para alimentar a humanidade. Como os agricultores filipinos dizer “Kabuhanan, Kalusugan, Kalikasan” (para a economia, para a saúde e para a natureza).

Para nós, como camponeses e agricultores familiares, a agroecologia é também um

instrumento para enfrentar o agronegócio transnacional e do modelo agro-exportação predominante. Nós não vamos libertar os agricultores a partir da estrutura de opressão construída pelas corporações, a menos que nós ganhamos autonomia tecnológica e econômica dos atuais formas de capital agrário e financeiro. Além disso, dentro do contexto de trabalhadores rurais e outros trabalhadores agrícolas, como no caso dos EUA, se não recuperar essa força de trabalho que vem sendo escravizada pelo capital. Portanto, a agroecologia é uma parte essencial da construção da justiça social num novo sistema social igualitário, que não dominado pelo capital.

Agroecologia dá um novo significado para a luta pela reforma agrária para capacitar as pessoas. Os agricultores sem terra que lutaram para recuperar de volta a sua terra e aqueles que receberam terras por meio de programas de reforma agrária, no

Na Europa, a crise económica e financeira também está dando evidência do potencial da agroecologia como uma proposta do movimento camponês à sociedade pela re-localizar os mercados e a tornar os alimentos disponíveis com uma dependência muito menor em combustíveis fósseis, como no caso da Europa de Leste.

Brasil e no Zimbábue, está implementando a agroecologia como uma ferramenta para defender e sustentar a sua agricultura, não só para suas famílias, mas também para oferecer alimentos mais saudáveis para a comunidade. Por isso, a reforma agrária, juntamente com a agroecologia, tornou-se a contribuição dos camponeses e da família para dar comida melhor e mais saudável para os povos das nossas sociedades. Na Argentina nós estamos atrás esta afirmação dizemos (nós somos a terra, para alimentar os povos).

Agricultores nosso colega da Índia contaram-nos que houve mais de 275 mil suicídios de agricultores desde 1995 por causa da armadilha da dívida devido à dependência de entrada industrial. Felizmente, o método novo movimento de agroecologia tem permitido aos agricultores a encontrar uma luz de esperança entre as trevas, incentivando milhares de famílias a permanecer em suas aldeias e manter-se no cultivo de alimentos com melhores condições de vida. Este movimento de Orçamento Zero de Agricultura Natural deu a vida de volta para as áreas rurais na Índia.

Na Europa, a crise econômica e financeira também está dando evidência do potencial da agroecologia como uma proposta do movimento camponês à sociedade pela re-localizar os mercados e a tornar os alimentos disponíveis com uma dependência muito menor em combustíveis fósseis, dando um novo dinamismo às economias locais, e à criação de emprego para os desempregados que estão voltando para o campo, como no caso da Europa de Leste. Reforma agrária e de regulação do mercado para a soberania alimentar através da agroecologia é também uma solução para e os agricultores norte-americanos que sofrem de preços baixos devido à concorrência com as importações baratas.

Os camponeses e pequenos agricultores do Mali, como no resto da África, que foram durante

anos sob o ataque de AGRA (Aliança para uma Revolução Verde na África) para empurrar a introdução da revolução verde estão mostrando como seu próprios modelos indígenas ecológicos de produção estão a apoiar o alimento e sustento de milhões de pessoas, e enfrentar a transformação climática, sem quaisquer insumos externos, através da gestão soberana e partilha da agrobiodiversidade local e do conhecimento.

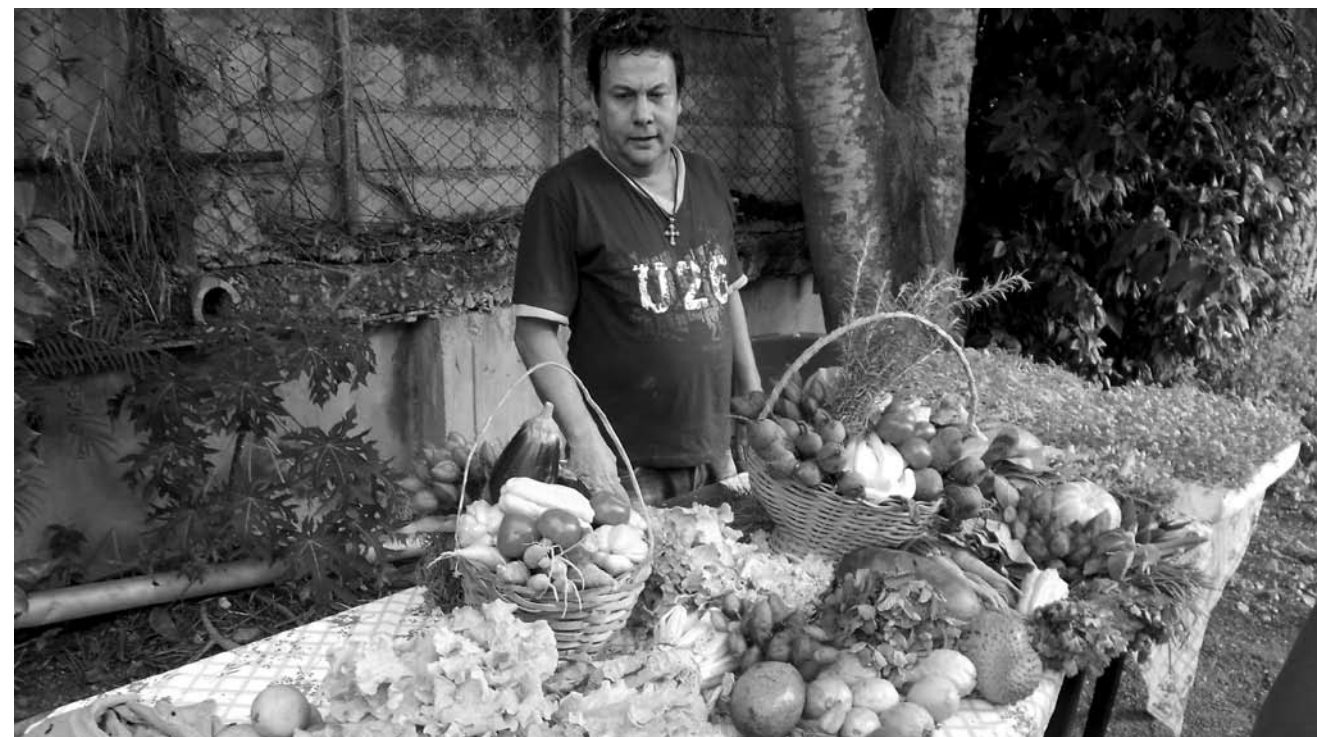
Agroecologia é também uma alternativa para a juventude rural permanecer no campo e ter uma vida digna, assim ficar comprometida com a produção e distribuição de alimentos para a comunidade. Estes são os cidadãos que vão alimentar as futuras gerações.


Durante 20 anos a Via Campesina lutou arduamente para a Reforma Agrária, e, neste momento histórico, precisa de refletir sobre sua prática para qualificá-la. Como brasileiros trabalhadores sem terra gritam “Ocupar, Resistir, Produzir”, Os camponeses de todo o mundo já estão lutando pela terra, resistindo para defendê-la, e agora, nós definimos que a agricultura agroecológica irá alimentar o povo. É hora de produzir.

Surin, 11 de novembro de 2012.

La agricultura campesina sostenible puede alimentar al mundo*

Documento de punto de vista de La Vía Campesina



 * Yakarta
febrero de 2011
www.viacampesina.org

La crisis de precios de la alimentación de 2008 y la más reciente subida de precios han centrado la atención sobre la capacidad del sistema alimentario global de “alimentar al mundo”. En La Vía Campesina, la alianza global de organizaciones campesinas y de agricultores familiares, consideramos que el sistema agroecológico de producción de alimentos a pequeña escala es el que

da la mejor respuesta a las demandas del presente y del futuro.

La actual crisis alimentaria no es una crisis de nuestra capacidad productiva. Se debe más a factores como la especulación y acaparamiento de alimentos, fomentados por las empresas transnacionales de la alimentación y los fondos de inversión, que provocan injusticias globales, lo que significa que algunas

personas comen demasiado, mientras que otras no tienen dinero para adquirir los alimentos adecuados y/o carecen de tierras donde producirlos. Todo ello termina por alentar políticas nefastas como la promoción de los agrocombustibles, que orientan la producción agrícola a la alimentación de automóviles y no de las personas.

Sin embargo, no podemos negar que nuestra capacidad colectiva de producir alimentos suficientes –lo que incluye el cómo los producimos– es una pieza clave en el rompecabezas del fin del hambre. Aquí es donde el modelo industrial de monocultivos a gran escala de las corporaciones del agronegocio nos falla y donde los sistemas agrarios campesinos basados en la agroecología y la soberanía alimentaria ofrecen tanta esperanza. (Altieri, 2009).

El sistema del agronegocio no puede alimentar al mundo

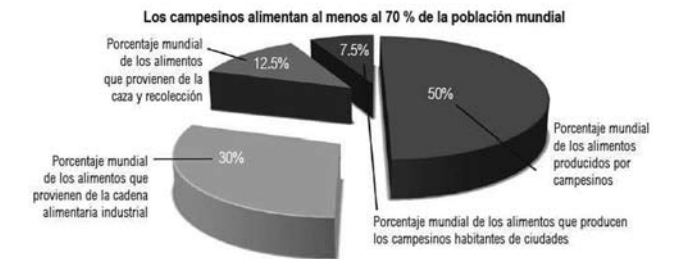
Con una estimación de 925 millones de personas hambrientas en el mundo y una proliferación galopante de enfermedades causadas por el sistema alimentario –malnutrición, obesidad, diabetes, enfermedades de corazón, cáncer y fiebre porcina–, no es una exageración decir que el sistema alimentario de las grandes corporaciones fracasa a la hora de proveernos de alimentos adecuados y sanos.

El hecho es que bajo las leyes de este sistema, dentro de la economía global, los alimentos se desplazan de las áreas de pobreza y hambre a las áreas de dinero y abundancia. Y la alimentación está siendo homogeneizada en una dieta sobreprocesada y no saludable, basada en grasas, azúcares, féculas,

residuos químicos y cancerígenos, deficiente en fibras, proteínas, vitaminas, frutas y vegetales.

Por último, los métodos de producción usados para producir los alimentos del agronegocio –monocultivos, maquinaria pesada, riego excesivo, plaguicidas y abonos químicos, semillas transgénicas, etc.– están degradando rápidamente los mejores suelos del planeta, al provocar su compactación, salinización, esterilización, erosión y pérdida de biodiversidad funcional tanto dentro como sobre el suelo. Las cosechas que durante décadas aumentaron por la tecnología de la llamada “revolución verde” están ahora llegando a su máximo, y en algunas regiones han empezado a decrecer, como se puede observar en la Figura 1 (Kundu et al., 2007; ver también por ejemplo Radford et al., 2001; y Mulvaney et al., 2009).

y la agricultura familiar manejan tan solo el 24,3% de las tierras agrarias, pero representan el 84,4% de las fincas y dan empleo a tres veces más personas que lo hace el agronegocio (que en Brasil depende del salario del hambre, con numerosos casos recientes de trabajo esclavo y de contratos de miseria).



Principios de la agricultura campesina sostenible

Se pueden encontrar ejemplos de agricultura campesina y familiar sustentables en todo el planeta, por lo que existe una amplia terminología para referirse a ésta. Dependiendo de los sitios donde se realice, se emplean los términos agroecología, agricultura orgánica, agricultura natural, agricultura sostenible de bajos insumos, y otros. En La Vía Campesina, no queremos decir que un nombre es mejor que otro. Preferimos especificar los principios que defendemos. En realidad, la agricultura campesina sostenible viene de la combinación del descubrimiento y revalorización de los métodos campesinos tradicionales y de la innovación de nuevas prácticas ecológicas. Entre los principios clave, se encuentran los de la agroecología (Altieri, 2002):

1. Fomentar el reciclado de la biomasa y optimizar la

2. Asegurar unas condiciones de suelo favorables para el crecimiento de las plantas, realizando un buen manejo de la material orgánica, las cubiertas vegetales y la actividad biótica del suelo.
3. Minimizar las pérdidas de energía solar, de aire y de agua, adecuando el manejo al microclima local, e incrementando las coberturas para favorecer la recogida de agua y el manejo del suelo.
4. Diversificación del agroecosistema, en el tiempo y el espacio, de especies y genéticamente.
5. Fomentar las interacciones y sinergias biológicas benéficas entre los componentes de la agrobiodiversidad, para promover los procesos y servicios ecológicos clave.

No consideramos que la sustitución

de insumos “malos” por “buenos”, sin modificar la estructura del monocultivo es sostenible. (Rosset y Altieri, 1997). La aplicación de estos principios a las complejas y diversas realidades de la agricultura campesina requiere que el campesinado se (re-)apropie activamente de sus sistemas de producción, adecuándolos a su conocimiento local, su ingenio y a su capacidad de innovación. Estamos hablando de fincas relativamente pequeñas, manejadas por familias campesinas o por comunidades. Las fincas pequeñas permiten el desarrollo de la biodiversidad funcional manejando producciones diversificadas, integrando cultivos, árboles y animales. En este tipo de agricultura no se necesitan, o se necesitan menos, insumos externos ya que mucho puede ser producido en la propia finca.

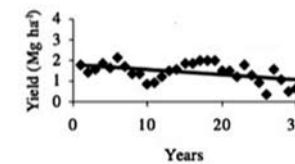


FIGURA 1. Disminución, a largo plazo, de cosechas bajo manejo convencional basado en fertilizantes químicos en India. Fuente: Kundu et al., 2007.

Con este sistema alimentario dominante, no hay futuro posible para la humanidad ni para el planeta. De hecho, apenas hay un presente.

El campesinado y la agricultura familiar alimentan al mundo hoy en día

A pesar de que el agronegocio controla la mayoría de las tierras arables –especialmente las de mayor calidad– en casi todos los países del mundo, es gracias al campesinado y a la agricultura familiar que disponemos actualmente de comida. En cada país, la agricultura de pequeña escala controla menos de la mitad de las tierras agrarias, pero produce la mayor parte de los alimentos consumidos, como se demuestra en la Figura 2. Un ejemplo típico es el del reciente censo agropecuario de Brasil. El campesinado

En la cuarta parte de tierras arables que manejan, esta agricultura de pequeña escala produce el 87% de toda la yuca, el 70% de los frijoles, el 46% del maíz, el 34% el arroz, el 58% de la leche, el 50% de las aves de corral, el 59% de porcino y el 30% de bovino, el 38% del café, entre otros muchos productos alimenticios. El campesinado cuenta con menos del 25% de las tierras agrarias, pero genera 40% de todo el valor agrícola. Y Brasil es un país reconocido, a nivel internacional, por la supuesta productividad y eficiencia de su agronegocio nacional e internacional, así como por la concentración de tierras en manos de pocos. Pero sigue siendo el campesinado y la agricultura familiar brasileños los que alimentan al pueblo de Brasil. Y este modelo se repite en todo el mundo. El campesinado y la agricultura familiar tienen vocación de producir alimentos. El agronegocio tiene vocación exportadora. El agronegocio brasileño se dedica a alimentar el ganado de Europa o a producir etanol para los automóviles, pero no alimenta a los niños y niñas hambrientos de Brasil.

Para alimentar las poblaciones futuras, debemos cuidar la tierra

El campesinado alimenta al mundo hoy en día, pero ¿cómo lo haremos en el futuro? Si, como de costumbre, seguimos el camino de menor resistencia, cada vez más tierras estarán en manos

del agronegocio que, aunque no está consiguiendo alimentarnos, mina las capacidades productivas de las tierras para las futuras generaciones. Las corporaciones mueven su producción en el mundo buscando los espacios donde es más barato producir, sin echar raíces en ningún espacio dado. No tienen incentivos para conservar, restaurar y aumentar la fertilidad del suelo. Más bien, extraen todo lo que pueden tan rápido como pueden, en su búsqueda de beneficios inmediatos, y una vez que pasan el pico máximo de producción y que el suelo empieza a degradarse, abandonan esa área y se marchan en busca de otra, dejando agroecosistemas y economías locales devastados en su estela.

El campesinado y los y las agricultores familiares, por otra parte, tienen raíces en la zona que tanto ellos como sus ancestros han cultivado durante generaciones y donde sus hijos y nietos seguirán ejerciendo la agricultura en el futuro. Es su razón para cuidar la capacidad productiva del suelo y el entorno. Y es precisamente en estas

comunidades donde encontramos las prácticas tradicionales sostenibles y el rápido desarrollo de la agroecología.

La agroecología conserva y restaura los suelos y los agroecosistemas

Dada la cantidad de suelos degradados que hay en el planeta, con una productividad a la baja, es absolutamente necesario emplear técnicas productivas restauradoras como son la agroecología y los métodos tradicionales. Algunos de los principios de la agroecología son la incorporación de biomasa y materia orgánica al suelo, la protección del mismo de las altas temperaturas y de la erosión mediante el mulching, las cubiertas vegetales, etc., y el fomento de la biodiversidad y de un suelo sano (Pretty, 1995; Altieri et al. 2000; Altieri, 2002).

En América Central, decenas de miles de campesinos y campesinas han recuperado laderas erosionadas y restaurado y aumentado la productividad de las mismas, gracias al movimiento agroecológico “de Campesino a Campesino” (Holt-Giménez, 2006). Mientras que el monocultivo industrial degrada los suelos y provoca una pérdida de productividad, la agroecología los restaura.

La restauración de suelos y agroecosistemas que fomenta la agroecología permite, asimismo, controlar la aparición de plagas. Por ejemplo, en el este de África, el policultivo jalar-empujar demuestra ser eficaz en el control de los lepidópteros barrenadores. Esta práctica emplea en los bordes de los campos de maíz, especies atrayentes de los barrenadores, que los aleja del maíz (jalar), e incorpora, en el seno del cultivo, especies que repelen (empujan) estos insectos. En Kenia, las familias campesinas participantes, reportan un aumento del 37% al 129% en la cosecha, sin plaguicidas químicos (Khan et al., 2008).

Filipinas: el arroz orgánico produce más y mejor

Investigación en las Filipinas demuestra que en época seca los rendimientos del arroz en fincas orgánicas son 37.4% más altos, comparado con las fincas convencionales. No sólo tienen un rendimiento en toneladas por hectárea mayor, sino los granos son más pesados también (Cuadro 1). Además, el número de granos llenados por panícula fue más alto en las fincas orgánicas, mientras que el porcentaje de granos no llenados fue comparable en ambos tipos de fincas (Mendoza, 2002).

Cuadro 1. Características comparativas de granos de arroz en fincas convencionales y orgánicas				
Tipo de Finca	Granos llenados x panícula	Granos no llenados x panícula	% granos Gno llenados	Peso de 100 granos (g)
Orgánica	91.5	24.1	20.0	27.4
Convencional	70.8	19.5	22.0	25.7

La agroecología puede producir más y alimentar al mundo

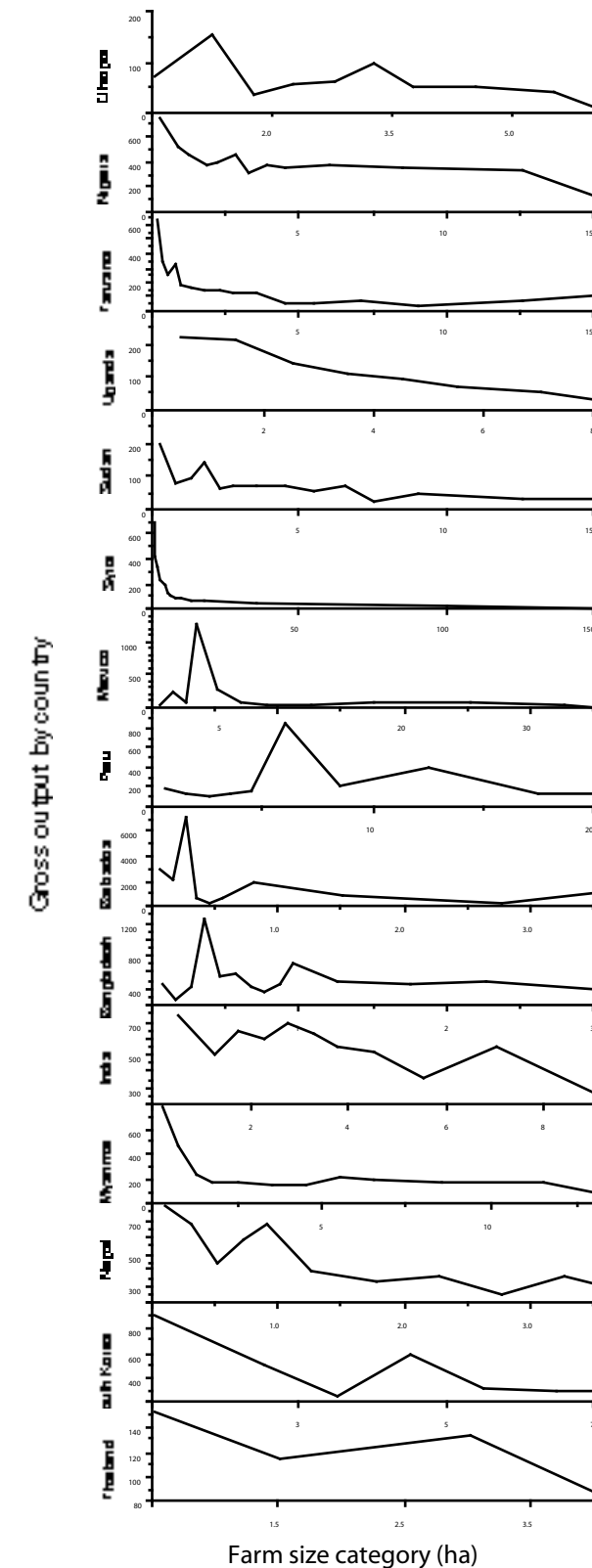
A pesar de la concepción errónea que se tiene de que los sistemas industriales de producción del agronegocio son los más productivos, muchos estudios han demostrado en los últimos años que: 1) las pequeñas fincas son más productivas que las grandes (Rosset, 1999, y 2) los sistemas “agroecológicos”, “sostenibles” y/u “orgánicos” son tan productivos, y en muchos casos, más productivos que los monocultivos dependientes de insumos químicos (Badgley et al., 2007; Pretty and Hine, 2001; Pretty et al., 2003). Los sistemas más productivos por unidad de área son los sistemas agroecológicos, altamente integrados, de las pequeñas fincas (Figura 3).

La investigación demuestra que en los países en desarrollo, los sistemas orgánicos de producción, de media, producen 2,7 veces más por hectárea que los sistemas convencionales. En los países desarrollados, producen lo mismo, por lo que globalmente, producen 1,3 veces más (Badgley et al., 2007).

En realidad, no existen argumentos reales a favor de la agricultura industrial, si de lo que se trata es de alimentar a las poblaciones futuras del mundo.

En La Vía Campesina hemos realizado nuestra propia investigación en varias partes del mundo. Hemos observado que muchas fincas agroecológicas son sustancialmente más productivas tanto por unidad de área como por cantidad de trabajo. Una finca integrada es aquella que combina cultivos y ganadería, asociaciones y rotaciones, que emplea la agroforestería y que en general, tiene altos niveles de biodiversidad funcional (ver ejemplo en la Figura 4).

FIGURA 3. Datos disponibles que demuestran la producción total por unidad de área, en comparación con el tamaño de las fincas, en aquellos países donde hay datos disponibles. Aunque lo que se considera “pequeña finca” y grande puede variar en cada país, en todos los casos, las pequeñas son más productivas que las grandes con grandes márgenes (Rosset, 1999).



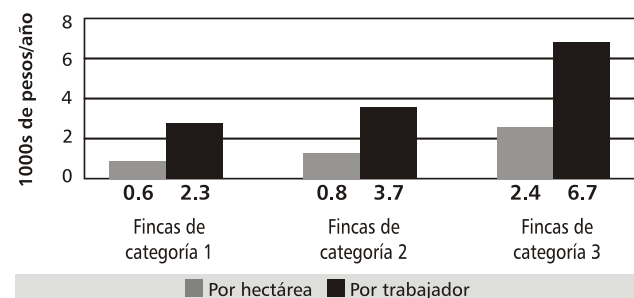


FIGURA 4. Productividad de fincas de la ANAP en Cuba por categoría de menor (Categoría 1) a mayor (Categoría 3) grado de integración agroecológica (Machín Sosa *et al.* 2010).

Estos sistemas no sólo son más productivos, sino que además tienen menos costos de producción, especialmente cuando se tratan de insumos comprados con divisas (Machín Sosa *et al.*, 2010). Muchos de los campesinos y campesinas y familias dedicadas a la agricultura familiar que pertenecen a nuestras organizaciones miembro en India, por ejemplo, forman parte de los 4 millones de miembros del movimiento Agricultura Natural de Presupuesto Cero (Zero Budget Natural Farming), donde los agricultores y agricultoras no adquieren insumos externos y confían en el estiércol, el mulching, las cubiertas vegetales y las lombrices para producir más desde una perspectiva económica y mejor, en términos medioambientales.

Los sistemas agroecológicos campesinos se benefician ampliamente de las variedades tradicionales de semillas que están cada vez más amenazadas de extinción, bajo el régimen de propiedad intelectual de las corporaciones. Es por esta razón que nuestras organizaciones miembro en Chile, Cuba, Brasil, Tanzania, Indonesia, Sri Lanka, Tailandia, Francia y otros, están activamente implicadas en la conservación y multiplicación de las variedades de semillas campesinas.

La agroecología tiene un mayor grado de resiliencia al cambio climático

Los sistemas agroecológicos integrados son también reconocidos por su mayor capacidad de adaptación y resiliencia al cambio climático, incluyendo sequías, huracanes, cambios de temperatura y modificaciones de fechas de siembra. Los mayores niveles de diversidad

de las fincas agroecológicas, permiten que si un cultivo se ve afectado negativamente, otros pueden compensar estas pérdidas. El mulch y los abonos verdes que cubren el suelo los protegen de la erosión, de las altas temperaturas y mantienen la humedad del mismo. La diversidad de variedades, además de ser positiva dentro de la diversidad genética, hace que las fincas campesinas se adapten más a las condiciones fluctuantes que la agricultura comercial homogénea (Borron, 2006; Altieri y Koohafkan, 2008; Altieri y Nicholls, 2008; Chappell y LaValle, 2009).

Nuestra propia investigación demuestra la resiliencia de los sistemas agroecológicos a los efectos devastadores de los huracanes. En un caso, comparamos sistemas campesinos de varias escalas a sistemas de monocultivo, y se demostró que los sistemas complejos sufrieron pérdidas de alrededor del 50% –principalmente las capas superiores– mientras que los sistemas de monocultivo llegaron a perder hasta el 80%, con el impacto inicial de la tormenta. Después de las pérdidas iniciales, las fincas con cultivos en varias capas, recuperaron su potencial de cosecha rápidamente, compensando las pérdidas de las capas más altas por las cosechas de los cultivos de capa inferior, mientras que en los sistemas de monocultivo no compensaron, sufriendo pérdidas casi totales (Machín Sosa *et al.*, 2010). Quedó claro, a instancias de nuestro estudio que, en los países y regiones donde se sufran más probablemente los eventos climáticos más severos, los sistemas agroecológicos no son una opción, sino una necesidad.

La producción agroecológica necesita organizaciones campesinas y políticas públicas que la fomenten

Si consideramos que los sistemas agroecológicos de las pequeñas fincas son más productivos, conservan el suelo, restauran la capacidad productiva de los sistemas degradados y tienen un mayor grado de resiliencia frente al cambio climático, la pregunta clave no es, por lo tanto, si deberíamos, pero más bien, cómo, podemos promover la transición hacia estos tales sistemas.

La experiencia de América Central (Holt-Giménez, 2006) y Cuba (Machín Sosa *et al.*, 2010), nos demuestra que la investigación convencional establecida de arriba

a abajo, así como las metodologías de proyectos de muchos gobiernos y ONGs fallan a la hora de apoyar a la agricultura campesina en transición. Como los sistemas agroecológicos requieren la movilización del ingenio de los campesinos y campesinas, los métodos que mejores resultados dan son aquellos en los que los propios actores se convierten en protagonistas a la hora de crear, desarrollar y compartir metodologías. Y esto solo puede ser así en el seno de organizaciones campesinas, mediante metodologías de campesino a campesino y aquellas basadas en la comunidad, las escuelas campesinas, etc. (Machín Sosa *et al.*, 2010). Sin embargo, las organizaciones campesinas avanzan a contracorriente cuando no pueden contar con políticas públicas adecuadas. Estas políticas deben incluir auténticas reformas agrarias para dejar las tierras en manos del campesinado y acabar con las subvenciones abiertas y ocultas a las prácticas de manejo industriales, incluyendo los insumos químicos y los transgénicos, la modificación de las políticas de libre mercado que hacen que la agricultura no sea rentable, y la sustitución global de las políticas sesgadas contra la agricultura campesina y sus organizaciones por otras que apoyen nuestros esfuerzos para innovar y desarrollar métodos agroecológicos y compartirlos horizontalmente. Ha llegado el momento de actuar, de construir una soberanía alimentaria real, en cada país, basada en la agricultura agroecológica que desarrollan el campesinado y la agricultura familiar, controlando sus propios destinos.

Demandamos políticas públicas que apoyen la agricultura sostenible campesina y familiar:

- Implementando una reforma agraria genuina, acabando con el acaparamiento de tierras (*land grabbing*) y respetando nuestras tierras y territorios.
- Reorientando la investigación y extensión agraria hacia el apoyo a las innovaciones agroecológicas de campesino a campesino, manejadas y compartidas por las organizaciones campesinas y de agricultura familiar, como base para avanzar en la agroecología.

- Modificando la facultades de agronomía. La agroecología y las ciencias sociales deben jugar un papel central en el currículum formativo, que debería inculcar el respeto al conocimiento campesino y otorgar importancia a las organizaciones campesinas.
- Amplia ejecución de políticas a favor de la soberanía alimentaria como son la protección de mercados locales del *dumping*, la lucha contra el acaparamiento y especulación por parte de las corporaciones, la definición de sistemas para garantizar precios justos para la producción campesina de alimentos, y para los consumidores, etc.
- Apoyar los sistemas campesinos de semillas criollas, y rechazar las leyes de semillas que van contra el campesinado.
- Reorientar los sistemas de aprovisionamiento público de alimentos (escuelas, hospitales, canasta básicas, etc.) para dar prioridad a la producción campesina ecológica y los precios justos.
- Apoyar la comercialización directa entre productores y consumidores de los productos ecológicos a través de los mercados campesinos, uniendo cooperativas urbanas y rurales, etc.
- Acabar con las subvenciones a los agroquímicos, y eliminar los plaguicidas tóxicos y los transgénicos.
- Romper y prohibir los monopolios y oligopolios nacionales e internacionales del agronegocio que captan y distorsionan las políticas públicas a su favor y en detrimento de los productores y los consumidores.

BIBLIOGRAFÍA

- Altieri, Miguel A. 2002. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 93:1–24.
- Altieri, Miguel. 2009. Agroecology, small farms, and food sovereignty. *Monthly Review* 61(3):102–113.


- Altieri, Miguel A, P. Rosset and L.A. Thrupp. 2000. The potential of agroecology to combat hunger in the developing world. Institute for Food and Development Policy, Food First Policy Brief no. 2, 12 pp.
- Altieri, Miguel A., and Parviz Koohafkan. 2008. *Enduring Farms: Climate Change, Smallholders and Traditional Farming Communities*. Penang: Third World Network.
- Altieri, Miguel A., and Clara Nicholls. 2008. Los impactos del cambio climático sobre las comunidades campesinas y de agricultores tradicionales y sus respuestas adaptativas. *Agroecología (Spain)* 3:7-28.
- Badgley, C., J.K. Moghtader, E. Quintero, E. Zakem, M.J. Chappell, K.R. Aviles, Vázquez, A. Samulon, and I. Perfecto. 2007. Organic agriculture and the global food supply. *Renewable Agriculture and Food Systems* 22(2): 86–108.
- Borron, Sarah. 2006. *Building Resilience for an Unpredictable Future: How Organic Agriculture Can Help Farmers Adapt to Climate Change*. Rome: Food and Agriculture Organization of the United Nations.
- Chappell, Michael Jahi, and Liliana A. LaValle. 2009. Food security and biodiversity: can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture & Human Values*, published on-line DOI 10.1007/s10460-009-9251-4.
- ETC Group. 2009. Who will feed us? Questions for the food and climate crisis. ETC Group Communiqué 102:1-34.
- Holt-Giménez, Eric. 2006. *Campesino a Campesino: Voices from Latin America's Farmer to farmer Movement for Sustainable Agriculture*. Oakland: Food First Books.
- Khan, Z.R., C. A.O. Midega, D.M. Amudavi, A. Hassanali and J.A. Pickett. 2008. On-farm evaluation of the 'push-pull' technology for the control of stemborers and striga weed on maize in western Kenya. *Field Crops Research* 106(3):224-233.
- Kundu, S., Ranjan Bhattacharyya, Ved Prakash, H.S. Gupta, H. Pathak, and J. K. Ladha. 2007. Long-term yield trend and sustainability of rainfed soybean-wheat system through farmyard manure application in a sandy loam soil of the Indian Himalayas. *Biology & Fertility of Soils* 43:271–280.
- Machín Sosa, Braulio, Adilén María Roque Jaime, Dana Rocío Ávila Lozano and Peter Michael Rosset. 2010. *Revolución Agroecológica: El Movimiento de Campesino a Campesino de la ANAP en Cuba*. Havana: ANAP and La Vía Campesina. <http://www.viacampesina.org/downloads/pdf/sp/2010-04-14-rev-agro.pdf>
- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 2009. *Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Mendoza, T. 2002. Impact Analysis of Organic Farming in Rice Agroecosystems In the Philippines. First RDA/ARNOA International Conference, RDA and Dankook University of Korea, November 12-15, 2002.
- Mulvaney, R.L, S.A Khan., and T.R. Ellsworth. 2009. Synthetic nitrogen fertilizers deplete soil nitrogen: a global dilemma for sustainable cereal production. *Journal of Environmental Quality* 38:2295-2314.
- Pretty, J., 1995. *Regenerating Agriculture: Policies and Practices for Sustainability and Self-Reliance*. London: Earthscan.
- Pretty, J., and R. Hine. 2001. Reducing food poverty with sustainable agriculture: A summary of new evidence. Final report from the "SAFE-World: The potential of sustainable agriculture to feed the world" Research Project. Wivenhoe Park, UK: Centre for Environment and Society, University of Essex.
- Pretty J., J.I.L Morison and R.E. Hine. 2003. Reducing food poverty by increasing agricultural sustainability in developing countries. *Agriculture, Ecosystems and Environment* 95:217–234.
- Radford, B. J., D. F. Yule, D. McGarry, and C. Playford. 2001. Crop responses to applied soil compaction and to compaction repair treatments. *Soil and Tillage Research* 61(3-

- 4):157-166.
- Rosset, P.M. 1999. The Multiple Functions and Benefits of Small Farm Agriculture in the Context of Global Trade Negotiations. Institute for Food and Development Policy, *Food First Policy Brief* No. 4.
- Rosset, P.M., and M.A. Altieri. 1997. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. *Society & Natural Resources* 10(3): 283-295.



*Agricultura camponesa agroecológica: pela soberania alimentar e pela mãe terra**

Novo documento proposto para a VI Conferência da Via Campesina:
Análise, Posição e Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura Camponesa
Sustentável da Via Campesina*

 *Documento desenvolvido pela Comissão
e outros delegados ao
Primeiro Encontro Global de Agroecologia
e Sementes Camponesas da Via Campesina
6 a 12 de Novembro em Surin e
Bangkok, na Tailândia

1. Introdução: Agricultura camponesa agroecológica na disputa de territórios

No mundo atual, nosso sistema alimentar e maneira de viver no campo estão sendo atacados pelas corporações transnacionais (CTNs) e pelo capital financeiro internacional com o apoio de governos, acordos de comércio e instituições financeiras internacionais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial. Reestruturação neoliberal, liberalização, privatização e desregulação criaram as condições para uma onda, impulsionada pela recorrente crise do sistema capitalista, de novos investimentos e capitalização do agronegócio e outras companhias que exploram fontes para a agroexportação, agrocombustíveis, plantações industriais (“desertos verde”), mineração, barragens,

e outros desenvolvimentos de infraestrutura, turismo, venda de agrotóxicos e transgênicos etc. O capital foi “redescoberto” nas áreas rurais em uma escala nunca antes vista desde a era das conquistas coloniais. Isso tem provocado açambarcamento de terras em escala massiva e a expulsão de camponeses, povos indígenas e outros povos rurais, em uma verdadeira guerra por terra e território com as CTNs, capital e governos, com suas forças repressivas que estão expulsando e deslocando povos rurais e criminalizando seus movimentos, com a mídia dominante, de propriedade do capital, estigmatizando protestos sociais. Quando povos rurais perdem suas terras e territórios, esses caem nas mãos do agronegócio e dos acaparadores de terra. O agronegócio promove monocultura industrial que produz comida cara e insalubre, que faz as pessoas ficarem doentes, destrói a estrutura social

das comunidades rurais, provocando migrações em massa, envenenamento da terra com agrotóxicos e transgênicos e é parte de um sistema corporativo global que é uma das principais fontes da emissão de gases de efeito estufa que estão causando o aquecimento global.

Como mulheres, homens, idosos e jovens, camponeses, povos indígenas, trabalhadores rurais sem terra, pastores e outros povos rurais, estamos lutando para defender e recuperar nossa terra e territórios para preservar nosso modo de viver, nossas comunidades e nossa cultura. Também estamos defendendo e recuperando nossos territórios por causa da agricultura camponesa agroecológica que iremos praticar nelas, que é a base do alicerce na construção da soberania alimentar e é a primeira linha em nossa defesa da Mãe Terra. Estamos comprometidos com a produção de alimentação para as pessoas; as pessoas de nossas comunidades, povos e nações, mais do que biomassa para celulose ou agrocombustíveis para exportar para outros países. Os povos indígenas entre nós, e todos de nossas tradições rurais e culturas, ensinamos o respeito pela Mãe Terra e nos comprometemos a recuperar nosso conhecimento de cultivo ancestral, nos apropriando dos elementos da agroecologia (que na verdade é amplamente derivado de nosso conhecimento acumulado) para que nós possamos produzir em harmonia com, e cuidando bem, da nossa Mãe Terra. O nosso é o “modelo de vida” de terras com agricultores, de comunidades rurais com famílias, de interior com árvores e florestas, montanhas, lagos, rios e litorais, e ele está em flagrante oposição ao “modelo de morte” das corporações, da agricultura sem agricultores e famílias, da monocultura industrial, de áreas rurais sem árvores, de desertos verdes, de terrenos baldios envenenados com agrotóxicos e transgênicos. Estamos ativamente confrontando o capital e o agronegócio, disputando terra e território com eles.

Quando nós controlamos território, procuramos

Agroecologia em si está sendo disputada por empresas, governos e o Banco Mundial, com cientistas e intelectuais que conscientemente ou inconscientemente trabalham para eles.

praticar a agricultura camponesa agroecológica baseada nos sistemas de sementes camponesas, o que é comprovadamente melhor para a Mãe Terra e que ajuda a esfriar o Planeta. Isso tem se mostrado mais produtivo por área unitária do que a monocultura industrial, oferecendo o potencial de alimentar o mundo com segurança e saúde, produzindo alimentos localmente, garantindo a vida com dignidade para nós mesmos e para as futuras gerações de povos rurais. Soberania alimentar baseada na agricultura camponesa agroecológica oferece soluções para a alimentação, clima e outras crises do capitalismo enfrentados pela humanidade.

2. O que queremos dizer com Agroecologia?

Passamos os últimos cinco anos realizando consultas internas regionais, continentais e globais em agroecologia. Uma de nossas tarefas foi chegar a um entendimento comum sobre o que agroecologia e agricultura camponesa agroecológica significam para nós. Isso é particularmente importante agora porque agroecologia em si está sendo disputada por empresas, governos e o Banco Mundial, com cientistas e intelectuais que conscientemente ou inconscientemente trabalham para eles. Essa tentativa neoliberal de cooptar a agroecologia pode ser vista em programas governamentais de “agricultura orgânica” que promovem a monocultura baseada em orgânicos para exportação para mercados de nicho e subsidiando empresas para produzir insumos orgânicos que são ainda mais caros do que os custos com agrotóxicos, o que leva muitas famílias rurais à armadilha da dívida. Isso também pode ser visto na chamada “agricultura climaticamente inteligente” do Banco Mundial que, similar ao REDD (programa de redução de emissões de carbono) para florestas, pode permitir aos CTNs se tornarem os proprietários do carbono nas plantações camponesas, ditando as práticas de produção permitidas, tudo como pretexto para autorizar grandes corporações

poluidoras continuarem poluindo e aquecendo o planeta.

Acreditamos que a origem da agroecologia está no conhecimento acumulado e na sabedoria dos povos rurais, organizados em um diálogo entre diferentes tipos de conhecimentos (“diálogo de saberes”) pra produzir a “ciência” movimento e prática da agroecologia. Como as sementes, agroecologia é um patrimônio dos povos rurais e nós o colocamos a serviço da humanidade e da Mãe Terra, livre de taxas ou patentes. É “nosso” e não está à venda. E pretendemos defender o que significa agroecologia e agricultura camponesa agroecológica, de todas as tentativas de cooptação. Para nós, agroecologia tem fundamentos biológicos e sociais. Para enfatizar os elementos sociais e culturais que são inseparáveis do todo, nos referimos a agricultura camponesa agroecológica.

Podemos encontrar exemplos dessa agricultura camponesa agroecológica em todo o planeta, embora os nomes que usamos varia muito de um lugar para outro, quer seja agroecologia, cultivo orgânico, cultivo natural, agricultura sustentável ou outro. Em La Via Campesina (LVC) não queremos dizer que um nome é melhor do que o outro, mas queremos especificar os princípios chaves do que defendemos.

Dentre os princípios fundamentais biológicos estão aqueles que estão na base da prática de cultivo agroecológico, que são:

1. Aprimorar a reciclagem da biomassa, otimizar a disponibilidade de nutrientes e balancear o fluxo nutriente.
2. Assegurar condições favoráveis do solo para o crescimento da planta, particularmente por gestão de matéria orgânica, cobertura do solo e aprimorando a atividade biótica do solo.
3. Minimizando perdas de energia solar, ar e água por gestão de microclima, captação de água e

gestão do solo através do aumento da cobertura do solo.

4. Diversificação das espécies e genética do agroecossistema no tempo e no espaço.
5. Aprimorar as benéficas interações biológicas e sinergismos entre componentes de agrobiodiversidade para promover processos fundamentais de ecologia.

Não acreditamos que a mera substituição de “maus” insumos por “bons” insumos (como é feito nos programas governamentais de orgânicos) sem tocar na estrutura de monocultura, seja agroecológico. Não acreditamos que agroecologia pode ser implementada como uma receita, mas mais do que os princípios devem ser aplicados em cada realidade distinta, baseada no conhecimento, criatividade e protagonismo dos povos rurais. A aplicação dos princípios biológicos nas complexas e diversas realidades de agricultura camponesa requer a ativa apropriação dos sistemas

de cultivos dos próprios camponeses, usando nosso conhecimento local, ingenuidade e habilidade em inovar. Estamos falando sobre cultivos relativamente pequenos, gerenciados por famílias camponesas e comunidades. A pequena agricultura permite o desenvolvimento da biodiversidade funcional com produção diversificada e a integração de colheitas, árvores e pecuária. Nesse tipo de agricultura, há pouco ou nenhuma necessidade de insumos, tudo pode ser produzido na própria terra.

Para destacar os princípios sociais e culturais que são a base de nossa visão camponesa de agroecologia, nos colocamos diante dos seguintes elementos que defendemos e rejeitamos:

Em agroecologia defendemos:

A integração da humanidade, em harmonia e equilíbrio com a Natureza

Não acreditamos que a mera substituição de “maus” insumos por “bons” insumos sem tocar na estrutura de monocultura. Não acreditamos que agroecologia pode ser implementada como uma receita, baseada no conhecimento, criatividade e protagonismo dos povos rurais.

Junto com reforma agrária e a defesa do território e mercado nacional/local; é o fundamento da soberania alimentar

Ajuda a construir autonomia

Começa com sementes camponesas e indígenas

É um processo social, cultural e político e é uma ferramenta para a transformação coletiva da realidade

É baseada na troca, cooperação e ação coletiva entre as pessoas

É baseada no diálogo horizontal entre camponeses, indígenas e conhecimento “científico”

É holística e respeita a Mãe Terra

A mulher desenvolve um papel fundamental e ajuda a construir novas relações dentro da família contra o patriarcado

Oferece um novo e importante papel para a juventude

É libertador e fortalece nossa identidade coletiva como camponeses, povos indígenas e outras expressões rurais sociais e culturais

Deve ser dirigida para alimentar as pessoas com alimentos saudáveis produzidos em harmonia com a Mãe Terra

Comunitária, valores anti-capitalista

Rejeitamos como parte da agroecologia...

Tecnocentrismo, academicismo, reducionismo e verticalismo de cima para baixo

Agrotóxicos, transgênicos e monocultura

Substituição de insumos e agricultura orgânica neoliberal que deixa a monocultura intacta

A “certificação” externa de sementes e frutos do nosso trabalho

Agronegócio e comercialismo

A privatização do conhecimento

A propriedade intelectual sobre a vida

Capitalismo e neoliberalismo

Pagamentos por serviços ambientais e a comoditização de sementes, água, floresta, biodiversidade, carbono e natureza

Açambarcamento de terras e latifúndio

Patriarcado e outras formas de exploração

A separação dos seres humanos da Natureza



Vemos agroecologia como uma inextricável parte da disputa territorial com o agronegócio e o capital. A defesa do modelo camponês de agricultura agroecológica é uma questão fundamental para nós. A agricultura camponesa não é a “alternativa.” É o modelo de produção pelo qual o mundo tem sido alimentado há milhares de anos e ainda é o modelo dominante de produção de alimentos. Mais de metade da população do mundo trabalha no setor da agricultura camponesa e a grande maioria da população mundial depende da produção de alimentos provenientes da agricultura camponesa. Produtores de alimentos em pequena escala atualmente são responsáveis por 70% de todos os alimentos consumidos pela humanidade. O modelo da agricultura camponesa (“La Via Campesina”) é a melhor forma de alimentar o mundo no futuro, para atender às necessidades dos nossos povos, para proteger o meio ambiente, esfriar a Terra e manter os nossos recursos naturais ou bens comuns. A agricultura camponesa agroecológica socialmente justa, respeita a identidade e os conhecimentos das comunidades, dá prioridade aos mercados locais e nacionais e reforça a autonomia das pessoas e das comunidades.

3. O que é a Agricultura Camponesa Agroecológica?

A agricultura camponesa não é um “modelo de produção econômico”, é um modo de vida e, por isso, tem aspectos complexos. As práticas de produção e de consumo que LVC defende são caracterizadas pelos seguintes aspectos:

Os camponeses e os pequenos agricultores são a chave da solução.

Este sistema é diversificado, está baseado na agricultura familiar e na agricultura dos camponeses; desenvolve e dá continuidade a uma produção baseada nas raízes culturais concebidas e usadas pelos camponeses e agricultores familiares, mulheres e homens, jovens e idosos. É um modelo que pode alimentar populações inteiras e permite garantir à população rural o direito a uma vida digna, socialmente, culturalmente e economicamente, com base no trabalho da terra, como já foi praticado por muitas gerações.

O modelo de agricultura camponesa respeita os direitos básicos

Defende que as pessoas devem estar no centro de todas as políticas, ao contrário de ser o mercado: estamos a falar de uma sociedade rural justa. Este modelo protege os camponeses, os povos indígenas e as comunidades afrodescendentes, junto com os seus valores culturais e humanos, porque esta é a força indispensável para o funcionamento do sistema produtivo. Sem homens e mulheres para lavrar a terra, não pode haver agricultura. E sem agricultura, o que as pessoas vão comer?

Produzir o mais autonomamente possível

Com agroecologia construímos nossa autonomia da especulação financeira, mercados de commodity, bancos e outras fontes de crédito, fornecedores de sementes comerciais, agroquímicos, maquinaria, equipamentos de irrigação e outros insumos, assistência técnica externa e conhecimento imposto etc. Recuperar, defender, fortalecer e expandir as sementes camponesas e indígenas é fundamental, bem como a recuperação, inovação e intercâmbio do conhecimento da agricultura camponesa de como produzir usando nossas próprias fontes locais.



Esfria o planeta e é resiliente à mudança climática

A realocação e a produção ecológica de alimentos, através da soberania alimentar baseada na agricultura camponesa agroecológica, oferece a melhor solução para o aquecimento global causado pela emissão de gases de efeito estufa. A diversidade genética do sistema de sementes camponesas e a resiliência e resistência das práticas de agricultura agroecológica para secas, furações e mudanças em temperatura e precipitações, oferece a única esperança de que a humanidade pode sobreviver à mudança climática mesmo se lutarmos para esfriar o planeta.

Homens e mulheres lutando juntos contra o patriarcado e pelo fim da violência contra a mulher

Nos comprometemos a confrontar o patriarcado e a violência contra as mulheres na sociedade, em nossas organizações e movimentos e em nossas famílias. Vimos como a transição de uma monocultura dominada por homens para uma diversificada agricultura camponesa agroecológica diversifica os papéis e oportunidades para todos os membros da família camponesa e comunidade, reduzindo a concentração do poder, da renda e da tomada de decisão nas mãos do homem. Para nós, as mulheres

são tratadas igualmente aos homens e têm completo acesso aos meios de produção. As mulheres participam plenamente nas decisões tomadas nas suas famílias, comunidades e nas organizações que as representam.

Jovens tem um lugar no presente e no futuro

Ao passo que há pouco espaço e virtualmente nenhum futuro para a juventude na monocultura, a diversificação agroecológica desentende oportunidades para criatividade e uma recompensante e interessante vida digna para os jovens nas áreas rurais, o que permite a construção de um futuro real para a juventude rural. Sem opções que permitam aos jovens continuar no interior, não há futuro para as comunidades rurais nem para o nosso sistema alimentar.

O acesso e o controle sobre o uso dos meios de produção

Os camponeses, indígenas e outras comunidades rurais devem ter o controle coletivo sobre o uso da terra e do território, incluindo água e florestas e podendo reproduzir as suas próprias sementes. Isto permite-lhes deixar para as futuras gerações um solo rico e fértil que produz vários produtos num sistema de produção diversificado. A defesa do território e uma integral e verdadeira reforma agrária para recuperar e estendê-la são fundamentais para recolocar a terra nas mãos de quem a trabalha, e para criar uma agricultura camponesa dinâmica. A luta contra as leis neoliberais que estão criminalizando a troca de sementes camponesas e privatizando as fontes genéticas também são fundamentais para garantir o acesso contínuo a esses meios essenciais de produção.

Os mercados e economias locais e nacionais têm prioridade

As necessidades locais e nacionais são prioridade e os camponeses e produtores locais em pequena escala devem ter acesso, em primeiro lugar, aos seus próprios mercados locais e nacionais. Devem ser capazes de controlar o processamento local e a comercialização dos seus produtos, em colaboração com as comunidades e com os consumidores urbanos, de modo que os produtos possam ser vendidos a preços justos tanto para os produtores como para os consumidores. Isso

significa realocação da produção, construindo circuitos mais curtos entre produtores camponeses e agricultores familiares e os consumidores, com preços justos para os agricultores e para os moradores das cidades, especialmente os pobres urbanos, através da economia solidária. Agricultura camponesa dá trabalho a muitas pessoas, não somente àqueles que trabalham diretamente no campo. A agricultura baseada no camponês é o pilar da economia local e ajuda a manter vilas e cidades vivas. Permite o fortalecimento da própria cultura e identidade das comunidades. Uma equitativa, agricultura familiar e economia rural baseada no camponês fornece a base para um forte desenvolvimento econômico nacional.

O conhecimento e a cosmovisão das famílias camponesas e dos indígenas é fundamental

Os conhecimentos e a cosmovisão dos camponeses, dos povos indígenas e agricultores familiares são o centro para o desenvolvimento desse modelo de produção. Manter as variedades e as raças de gado da região, assim como a biodiversidade no meio ambiente, e no controle comunitário e manejo de florestas.

Promoção de métodos agroecológicos

Agricultura camponesa agroecológica requer a recuperação, inovação e, acima de tudo, o compartilhamento de conhecimentos e práticas através do diálogo entre os conhecedores. Para isso, estamos realizando muitos processos agroecológicos diversos de agricultor-para-agricultor, comunidade-para-comunidade, territorial e organização-para-organização para facilitar o intercâmbio horizontal de experiências e conhecimentos. Também temos dezenas de escolas de formação camponesa em política e agroecologia, ambas servindo para preparar nossa juventude para ser agricultores agroecológicos e quadros de liderança de nossas organizações e para apoiar nossos processos de campones-para-campones e comunidade-para-comunidade. Estamos ativamente identificando nossas melhores experiências em agricultura camponesa agroecológica e soberania alimentar. As documentamos e as sistematizamos para socializar o conhecimento ganho e organizar visitas de intercâmbio. Fazemos nossa própria pesquisa e

reprodução de nossas sementes e criação e também trabalhamos juntos com pesquisadores confiáveis e cientistas que são nossos aliados.

A agricultura camponesa está ligada a um espaço ou ao território geográfico

A agricultura camponesa está ligada a um espaço geográfico específico, a um território. Os camponeses estão enraizados no lugar onde construíram os seus meios de subsistência durante muitas gerações. Não se pode compreender a agricultura camponesa, sem entender a ligação de nosso povo à nossa terra e territórios. Procuramos manter nossos territórios como territórios camponeses ou indígenas e/ou transformá-los nesse tipo de território pela prática da agricultura camponesa agroecológica ao invés de monoculturas dependentes de químicos e sementes comerciais. Enquanto a última acumula para trazer os produtos de nossos inimigos do agronegócio e as forças da exclusão para dentro de nossos próprios espaços, ao recuperar o conhecimento ancestral e praticar agroecologia nós defendemos esses espaços.

A organização camponesa autônoma é a base

Organização é o fundamento para a transformação. Isso fortalece todo o processo de produção e troca de produtos e conhecimentos. A organização camponesa é muito mais forte e mais hábil para promover e defender a agricultura camponesa agroecológica - e por extensão que se tenha autonomia da influência das empresas privadas, dos partidos políticos, governos, das ONGs etc.

Cooperação em vez de concorrência e conflito

A solidariedade e a cooperação, e não concorrência, devem ser os princípios básicos das organizações para resolver os conflitos sobre o uso da terra e da água. Temos de encontrar soluções que sejam justas para todas as partes, quando há conflitos entre camponeses, proprietários, trabalhadores rurais, pescadores, povos das florestas, ribeirinhos e litorâneos, pastores, nômades e os povos indígenas.



A solidariedade e a cooperação, e não concorrência, devem ser os princípios básicos das organizações para resolver os conflitos sobre o uso da terra e da água.

4. Conclusão: Exigimos dos governos e nos comprometemos conosco

Exigimos que nossos governos e instituições internacionais ponham um fim na política polarizada que facilita o açambarcamento de terras, liberalização do comércio, privatização e o corte de serviços essenciais que apoiam e subsidiam o agronegócio, as elites da agroexportação, mineradoras, falsas soluções para as mudanças climáticas como o Programa de Redução de Emissões de Carbono (REDD) e biocombustíveis, e o sistema de conhecimento privado. Exigimos que ao invés disso, eles apoiem mercados e agricultores locais, o sistema de sementes camponesas, a promoção da agroecologia e a educação liderada por organizações camponesas, aquisição pública de alimentos da agricultura camponesa agroecológica, uma genuína e integral reforma agrária e a defesa dos mercados de dumping e de corporações de alimentos açambarcadores e especuladores. Exigimos o banimento dos transgênicos e agrotóxicos enquanto negociam soluções reais para a mudança climática ao invés de traficar em falsas soluções com os CTNs.

Exigimos que nossos governos e instituições internacionais ajam da maneira que mencionamos acima e iremos os pressioná-los nesse sentido para fazê-lo, não ficaremos os aguardando. Ao invés disso, nos comprometemos a continuar a construir a agricultura camponesa agroecológica e a soberania alimentar. Comprometemo-nos a realizar as seguintes práticas.

- Continuaremos a construir as estruturas organizacionais em La Via Campesina nos níveis global, continental e regional para apoiar nossas organizações-membro nacionais no trabalho deles de promover agroecologia entre os membros de suas famílias. Isso inclui programas de treinamento regional, visitas de intercâmbio, a produção e distribuição de materiais educativos e a identificação e documentação de casos bem sucedidos na região para que todos possam aprender das lições oferecidas.
- Promoveremos a criação de programas de treinamento em agroecologia e escolas

em nossas organizações, campones-para-campones, comunidade-para-comunidade e programas territoriais para promover a agroecologia.

- Através de nossas próprias organizações promoveremos a defesa e o fortalecimento do sistema de sementes camponesas locais.
- Trabalharemos para “manter o carbono no solo e nas árvores” nas áreas sob nosso controle, promovendo agro-florestamento, plantação de árvores, agroecologia, conservação de energia e combatendo o açambarcamento de terras para mineração e plantações industriais, enquanto rejeitamos a privatização furtiva e a apropriação privada da Natureza inerente ao pagamento de serviços ambientais e REDD.
- Nos empenharemos e pressionaremos o governo em todos os níveis (local, provincial, nacional e regional) para adotar políticas públicas que favoreçam a agroecologia e a soberania alimentar e iremos desenvolver e implementar tais políticas em territórios sob o controle de nossos povos.
- Continuaremos a construir uma voz camponesa e indígena poderosa para estar presente junto a outros setores da sociedade civil no processo atual de negociações climáticas, com a mensagem de que somos contrários a falsas soluções para a mudança climática e exigindo a adoção dos Princípios de Cochabamba.

AGROECOLOGIA É NOSSA COMO CAMPONESES E POVOS INDÍGENAS AGROECOLOGIA NÃO ESTÁ À VENDAZ

5. Proposta de Plano de Trabalho da Comissão de Agricultura Camponesa Sustentável para a partir de 2013

1. Pontos gerais:

1. Propomos mudar o nome da Comissão. O nome proposto é: “Agricultura Camponesa Agroecológica”.

Todos concordamos que todos os nossos intercâmbios internacionais tem sido uniformemente excelente e ajudado a estimular processos importantes em nossos países de origem. Como aprendemos de nossas experiências com os métodos “Campones-para-campones” ou “Campesino-para-Campesino”, intercâmbios diretos de experiências

2. Propomos que agroecologia e o trabalho de sementes camponesas no solo seja realizado junto, e não artificialmente separado.
3. Precisamos fazer mais e ainda mais efetivas campanhas para a opinião pública.
4. Precisamos deixar claro o que agroecologia significa para LVC e defendemos isso de outros atores.
5. Precisamos trabalhar mais em maneiras alternativas de comercializar nossos produtos e fortalecer a aliança rural-urbana.
6. A Comissão precisa de um site eficaz.

2. Transformação dos Modelos de Produção

a. Rede de Escolas de Agroecologia dentro de LVC
As mais de 40 escolas de agroecologia de LVC devem ter como finalidade como pontos focais para coordenar processos além do nível nacional, por estar conectado com cada um dos seguintes propósitos:

Mapear e documentar (com aliados) as experiências de agroecologia e sementes camponesas em suas regiões e países.

Intercâmbio de informações e de materiais de treinamento e ensino.

Oferecer cursos para pessoas de outros países e regiões.

Ajudar a coordenar visitas de intercâmbio nacionais e internacionais.

Criar redes de aliados (pesquisadores, professores, ONGs etc.) que nos ajudem com nossas necessidades específicas em termos de mapeamento, pesquisa, documentação, treinamento e materiais.

A rede pode ajudar a socializar o trabalho de documentação muito valiosa feito como parte das teses de estudantes e projetos de pesquisas em nossas escolas de LVC.

b. Apoio aos processos regionais e locais

Precisamos fazer poucas grandes reuniões e mais apoio direto e conselhos para processos incipientes e em andamento nas regiões e países membros, com visitas baratas, menores e mais orientadas.

c. Intercâmbio de Experiências

Todos concordamos que todos os nossos intercâmbios internacionais tem sido uniformemente excelente e ajudado a estimular processos importantes em nossos países de origem. Como aprendemos de nossas experiências com os métodos “Campones-para-campones” ou “Campesino-para-Campesino”, intercâmbios diretos de experiências (visitas de intercâmbio) são as mais efetivas ferramentas para disseminar práticas agroecológicas e de agricultura camponesa sustentável; é uma forma de aprendizado horizontal. Devemos continuar a identificar casos proeminentes em cada continente através das redes que nós criamos, e organizar visitas de intercâmbio para que os outros possam aprender dessas experiências.

d. Documentação, Sistematização e Socialização (partilha) de Experiências de Agroecologia e Sementes Camponesas

Devemos continuar a identificar, mapear e documentar as mais interessantes experiências locais ou nacionais (na LVC), e continuar a executar estudos (nós mesmos ou com nossos aliados ou com nossos comunicadores de LVC), ou através da pesquisa de estudantes nas escolas de LVC). Devemos enfatizar sucessos (e prová-los com dados) e lições aprendidas, as quais continuaremos a publicar em livros, vídeos, artigos noticiosos, e panfletos de educação popular, para socializar (partilhar) entre LVC e nossos aliados, como parte de um processo de aprendizado horizontal, e



para apoiar nossas campanhas para a opinião pública e formuladores de políticas. Essa Comissão continuará a publicar séries ou “bibliotecas” dos melhores sucessos de LVC como material de estudo para nossas escolas e para ajudar a convencer acadêmicos, funcionários públicos e formadores de opinião. Colocaremos tudo o que estiver disponível em uma seção especial no site de LVC.

3. Campanha para ampliar Agroecologia e Sementes Camponesas na Opinião Pública e para chamar a Atenção da Opinião Pública para Forças e Estruturas que Impedem a maior Ampliação da Agroecologia e Sementes Camponesas.

A Via Campesina e aliados devem desenvolver e apoiar argumentos sobre as virtudes e benefícios desse tipo de agricultura e sobre as forças que a impedem. Por exemplo, continuamos a desenvolver e, acima de tudo,

DIVULGAR argumentos da agricultura camponesa agroecológica baseada em sementes camponesas como parte das estratégias de soberania alimentar:

- a. Na verdade estás sendo implementado, trabalhar e poder alimentar o mundo com alimentos mais saudáveis (a conexão com a saúde é muito importante) e o esfriamento do planeta.
- b. Embora ofereça o melhor caminho para sair da nossa crise, vem sendo impedida por forças e estruturas que devem ser combatidas.

Vamos executar um processo de pesquisa, análise e síntese de argumentos e dados que a sustentem, de maneira a divulgar relatórios convincentes e material de imprensa e divulgação em cada um desses pontos. Isso formará a base de uma campanha massiva internacional de opinião pública executada com nossos aliados.

Precisamos oferecer cursos de treinamento para nossos comunicadores de LVC nas regiões e países para que eles nos ajudem com o trabalho de campanha. Precisamos uma coordenação muito próxima deles.

4. Estratégia de Alianças

No trabalho dessa Comissão, especialmente nos tópicos mencionados acima, ainda precisamos identificar nossas necessidades em termos de alianças e potenciais aliados para cada uma de nossas questões/tópicos, e devemos fortalecer estas alianças com aliados desejados. Esses aliados podem incluir pesquisadores, professores, ONGs, doadores, jornalistas, outras organizações camponesas e de povos indígenas e organizações de outros setores, como consumidores, ambientalistas, moradores de comunidades urbanas etc. Em particular, vemos a necessidade de fortalecer alianças com consumidores e com pesquisadores. O bom relacionamento da CLOC/LVC com a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia (SOCLA) é um modelo que devemos fortalecer - e pode ser estendido para a Ásia, África e Europa.

5. Captação de recursos

Teremos que operar com poucas fontes no próximo período. Isso significa que devemos continuar e estabelecer nossa bem sucedida captação de recursos para atividades agroecológicas com técnicos regionais. As regiões podem e devem captar recursos para visitas de intercâmbio, por exemplo.

Isso também significa que precisamos de uma estratégia adicional onde nós complementamos para os eventos que já possuem recursos nas regiões. Os técnicos também podem viajar para regiões e países para apoiar processos locais e regionais a um custo muito mais baixo do que organizando reuniões amplas.

6. Coordenação nacional, regional e continental

Devemos criar comissões regionais dentro LVC para coordenar as atividades de agroecologia e das escolas, e comissões nacionais e/ou continentais, conforme necessário.

